



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTIVEIS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1703/03	DATA: 15/10/03
INÍCIO: 17h53min	TÉRMINO: 22h53min	DURAÇÃO: 05h00min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h17min	PÁGINAS: 123	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARI NATALINO DA SILVA - Proprietário do Grupo Petroforte.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há palavras ininteligíveis.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Houve tumulto no plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ordem do Dia. A presente reunião se destina a audiência pública para tomar depoimento do Sr. Ari Natalino da Silva. Gostaria de informar que ele não prestará juramento. Então, a Dra. Márcia vai dar explicação a partir de uma liminar que foi concedida ao Sr. Ari e aos seus advogados. A Dra. Márcia dará uma explicação.

A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES - Deputado Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gostaria da atenção dos nobres Deputados para a gente tirar todas as nossas dúvidas. Gostaria de tirar todas as nossas dúvidas com o setor jurídico da Casa.

A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES - Deputado, o depoente, intimado na qualidade de testemunha, ingressou no Supremo Tribunal Federal com *habeas corpus*, posteriormente, houve uma medida cautelar nesse *habeas corpus*. Ele requereu o direito de comparecer — o tipo de *habeas corpus* é chamado salvo-conduto — para depor sem ser obrigado a responder perguntas que levassem a sua auto-incriminação. E o Supremo concedeu essa liminar. Portanto, só para isso, só para não se auto-incriminar. Portanto, ele deve ser perguntado se ele se sente na condição de prestar o juramento; se ele disser que não, a Comissão delibera se deseja ouvi-lo como mero informante ou não. Mas diante do salvo-conduto ele não é obrigado a prestar o juramento como uma testemunha comum. O *habeas corpus* também foi estendido aos advogados dele, que acharam necessário garantir as prerrogativas do Estatuto da OAB, e o Supremo também concedeu essa liminar.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Uma dúvida, doutora; um esclarecimento, doutora: essa liminar foi expedida hoje?

A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES - Não, a liminar dele é do dia 14 e a liminar dos advogados é de hoje.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - De hoje? Quer dizer que eles não vieram aqui ontem porque estavam aguardando liminar?

A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES - Não, a liminar já estava em poder da Comissão quando eles disseram que não podiam comparecer por motivos de saúde.



O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - O dia 14 foi ontem.

A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES - Não, não. Então, desculpe. Eu estou vendo errado. Essa aqui dos advogados é de ontem e a do Dr. Ari é de anteontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Dra. Márcia, vou suspender por cinco minutos. O Presidente da Casa está pedindo para nós votarmos. Depois a gente retorna o trabalho; só votar e retornar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, é uma imoralidade essa situação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nós vamos decidir primeiro se vamos ouvi-lo ou não, está certo? Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está reaberta a nossa sessão. Gostaria de convidar para a Mesa o Sr. Ari Natalino da Silva. *(Pausa.)* Quero informar aos membros da Comissão que a liminar concedida ao Sr. Ari Natalino da Silva e mais a extensão aos seus advogados é um fato histórico para nós, porque o Sr. Ari Natalino foi citado em 3 CPIs e em nenhuma delas o Sr. Ari Natalino esteve fazendo o seu depoimento... Quatro CPIs, desculpem. Esta é a primeira CPI que conseguiu trazer o Sr. Ari Natalino. Mas, em consequência dessa liminar, eu peço que só fique no plenário os Deputados membros da Comissão onde iremos discutir se nós vamos ter ou não audiência.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu queria propor o inverso. Nós poderíamos nos reunir na sala ao lado em vez de pedir às pessoas para se retirarem, porque não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso. Então, está acatada a posição. Está suspensa a reunião. Nós iremos para a ouvidoria. Gostaria que a Dra. Márcia e, no primeiro momento, um advogado do senhor... Primeiramente, nós; depois, se acharmos necessário, chamaremos os advogados, está bom?

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Declaro reabertos os trabalhos. Gostaria que todos ficassem de pé, para o juramento do Sr. Ari.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Compromisso. Aqui está dizendo que faço saber, sob a palavra de honra, promessa de dizer a verdade sobre tudo o que for perguntado. Mas eu não posso afirmar isso, porque tudo o que for perguntado para mim que eu estiver já respondendo e estiver sob objeto de processo — estou respondendo processo crime — eu não vou responder, eu vou ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só quero falar ao Sr. Ari que nós temos uma liminar na mão e essa liminar tem esse teor. Gostaríamos de dizer que essa liminar nós vamos acatá-la, mas gostaríamos também de frisar que tudo aquilo que o senhor não responder, irá para o relatório contra o senhor. Então, fique logo isto, evidentemente, claro: tudo aquilo que nós acharmos, pelas provas que nós temos nesta CPI e de todas as perguntas, irá constar no relatório contra a sua pessoa. Nós vamos, nobre advogado... o advogado está sob extensão do seu direito de advogado, entendeu? De advogado. Tem uma norma, entendeu? E que a gente gostaria de dizer... Vamos até ouvir o advogado, para saber qual a proposição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Primeiro o advogado, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu sou Deputado, tenho privilégio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O senhor tem privilégio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, duas coisas: primeiro, o Sr. Ari Natalino está acompanhado de um advogado. Então, está sentado ao lado. Esses lugares aqui são destinados a Parlamentares. Então, os outros advogados têm de ficar no lugar de assistente. Portanto, lugares destinados a Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gostaria que as duas advogadas, se pudessem, ficassem ao lado. Pediria à Secretaria para botar duas cadeiras ao lado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Segundo, Sr. Presidente, o nobre advogado que acompanha o Sr. Ari Natalino pode assessorá-lo. Nós não viemos aqui para ouvir o advogado. Portanto, não queremos ouvi-lo e sim o Sr. Ari



Natalino. Portanto, não tem por que o advogado dirigir a palavra no microfone. É a questão de ordem que coloco neste instante aqui. Ele assessora o Sr. Ari Natalino ao lado dele. Se quiser ser interrogado como testemunha, preste o juramento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, uma extensão da questão de ordem do nobre Deputado José Carlos Araújo. Qualquer pessoa que se dirigir ao microfone deve prestar o juramento. Nós fizemos isso ontem aqui no depoimento da PETROBRAS e não há sentido ser diferente. Fizemos isso na Apolo, onde os advogados estavam presentes para responder perguntas, e foi prestado juramento. Então, qualquer pessoa que for utilizar o microfone da CPI, que utilize prestando o seu juramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só quero afirmar que o nobre advogado só não pode usar o microfone se infringir alguma coisa, o Estatuto da OAB, entendeu? Eu quero saber se o nobre Deputado entende que foi infringido algum Estatuto da OAB, até para podermos fazer as nossas ponderações. Vamos ouvi-lo.

O SR. ROBERTO PODVAL - Muito obrigado, Presidente. Há um preceito constitucional que diz que o silêncio não pode ir contra a pessoa do depoente. Então, não é possível que, no relatório da CPI, o silêncio do meu cliente pese contra sua própria pessoa. Eu só gostaria, e quando peço a palavra obviamente não é para falar, não é para... a não ser que para que as regras constitucionais sejam estabelecidas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, nós não viemos aqui ouvir advogado, não viemos ter uma aula de direito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Concedida à nobre Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, o senhor expôs a essa Mesa uma medida cautelar em *habeas corpus*, conferida ao Sr. Ari, que diz o seguinte: “S.Exa., o Sr. Deputado Carlos Santana, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados...”



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu peço a questão de ordem outra vez. Deputada Rose, por favor. Peço vênia, Presidente, questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Agora, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O senhor interrompe no meio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ela está em questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ela está no meio, nobre Deputado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Perdoe, Sr. Presidente, perdoe. Eu sei quando erro. Peço desculpas a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado. O senhor é um bom baiano, compreensivo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pensei que ela estava falando.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu gostaria de ler para o Plenário tomar consciência do que foi deferido pelo Supremo Tribunal Federal: *“Comunico a V.Exa., Deputado Carlos Santana, que nos autos do processo acima referido deferi o pedido de extensão de medida liminar aos advogados Roberto Podval, da OAB, tal e tal, Beatriz Dias Riso, Carmem da Costa Barros, a Ordem a lhes assegurar o direito de exercerem as prerrogativas profissionais inerentes ao ofício, notadamente aquelas inscritas no artigo tal, tal, tal. Não serem presos e não sofrerem qualquer injusta coação por parte dos membros da CPI ou de qualquer dos membros, de qualquer autoridade pública”* etc., etc. Eu queria ponderar a V.Exa. que essa medida cautelar, eu queria sugerir a V.Exa. que houvesse, por parte desta Comissão, a tentativa de reverter essa liminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só quero pedir ao setor jurídico que faça todos os esforços no sentido da tentativa de cassar essa liminar. Nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a decisão do Supremo Tribunal Federal assegura — no nosso ponto de



vista, de forma redundante, porque já é um direito constitucional — ao Sr. Ari Natalino e, estranhamente, aos seus advogados também o direito de permanecer calados, especialmente o Sr. Ari Natalino, quando, frente a alguma pergunta, a alguma inquirição de algum Deputado, entender o Sr. Ari Natalino que a resposta pode incriminá-lo. No nosso ponto de vista, não precisaria sequer de uma liminar do Supremo Tribunal Federal, porque é um direito constitucional. A liminar não assegura, no entanto, ao Sr. Ari Natalino o direito de não prestar juramento a esta CPI. Não está no despacho do Ministro Celso de Mello o direito de o depoente não prestar juramento a esta CPI. Então, nós queremos ponderar para que o Sr. Ari Natalino preste o juramento e, quando entender, como depoente, que alguma pergunta de algum Deputado possa incriminá-lo, aí, sim, ele exercite o direito constitucional, que foi renovado por esta liminar, de manter-se em silêncio. Mas eu lembro não só ao Sr. Ari Natalino, bem como aos seus advogados, que a decisão do Ministro não exime o depoente de prestar juramento. Ele tem o direito de permanecer calado. Então, ele presta o juramento e, quando entender que a pergunta provocaria uma resposta que poderia incriminá-lo, ele tem o direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Veja, eu gostaria apenas de... Já que o nosso depoente se escuda numa ordem de *habeas corpus*, eu vou ler parte do voto, para dar corpo ao que disse o Deputado Paulo Rubem, e é parte do voto em que vai me parecer que fica assegurado o direito de permanecer calado, sempre que entender que deva permanecer calado, mas deve prestar o compromisso. Vou ler parte do voto: *“É por essa razão que o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu esse direito também em favor de quem presta depoimento na condição de testemunha, advertindo, então, que não configura o crime de falso testemunho quando a pessoa, depondo como testemunha, ainda que compromissada, deixa de revelar fatos que possam incriminá-la. RTJ 163, página 626. Relator: Ministro Carlos Velloso”*. É parte da decisão que dá abrigo ao Sr. Ari Natalino. Portanto, quer me parecer que é condição para nós iniciarmos o trabalho — que eu penso que todo



mundo quer começar, que é para nos liberarmos cedo — com a prestação do juramento por parte do Sr. Ari Natalino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Mas é por isso que esta Presidência, ao começar, pediu o juramento do Sr. Ari.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nós pediríamos a V.Exa. que pedisse a reconsideração, porque penso que nós não podemos começar se não houver a prestação do juramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso. Todos de pé, para...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Compromisso. Faço, sob a pena de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu creio que foi prestado de forma equivocada. Eu não conheço “pena de honra”.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sob a palavra de honra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu acho que deve fazer da forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Sob a palavra de honra. Ele acabou de dizer.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quer que eu repita de novo? Sob a palavra de honra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Sr. Ari Natalino, o senhor disporá de 20 minutos para, se quiser, fazer alguma exposição, alguma falação.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Em primeiro lugar, quero dizer o seguinte, que quando foi dito aí que todas as CPIs que eu fui convocado, num número de 4 CPIs, eu não compareci, acho que tem algum equívoco, porque toda CPI que eu fui convocado, eu compareci. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só isso? A nobre Deputada Rose de Freitas, como autora do requerimento, tem prioridade.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Gostaria de, bem objetivamente, perguntar: como é que o senhor explica o fato de seu nome aparecer em todos os campos de ilegalidade, no País, que vai de roubo de cargas, narcotráfico até máfia de combustíveis? Como é que o senhor explica isso? O senhor pode usar o microfone, esse...



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu entendo que é uma perseguição contra mim.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor utiliza de revenda de combustíveis para lavar qualquer tipo de dinheiro obtido com roubo de carga ou com narcotráfico?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De forma nenhuma. Pelo contrário, as cargas minhas foram roubadas, muitas cargas. Eu já depus outra vez na CPI que as minhas cargas foram roubadas. Muitas cargas foram roubadas. Não comprei carga roubada.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor teve, alguma vez, alguma ajuda na área pública para qualquer tipo de operação no seu setor comercial?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De jeito nenhum.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor, por acaso, teria algum cúmplice no Departamento da Polícia Rodoviária Federal que o ajudasse..

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nenhuma hipótese.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - ...no transporte ilegal dessas cargas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De jeito nenhum.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor poderia falar, mais ou menos, como é que funciona o seu esquema de trabalho, que até pouco tempo foi suspenso pela ANP, com a exceção que lhe foi dada? Como é que funcionou até hoje as suas empresas? Quais são e como é que funciona o desenvolver da sua atividade comercial?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É, quando se diz aí que cassou o registro da Petroforte, esses dias atrás, que passou na televisão, aconteceu... a Petroforte já está há 3 anos sem operar; 3 anos, ela está sem operar.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor pode descrever as atividades comerciais que o senhor tinha até então?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era a distribuição de combustível.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Única e exclusivamente? (*Pausa.*)
Eu queria perguntar se o senhor tem alguma forma de esclarecer se o senhor



contou, com algum momento, com aval de grandes distribuidoras para qualquer tipo de ato ilícito, comércio ilícito, qualquer atividade paralela com as grandes distribuidoras. O senhor tem alguma parceria com elas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De jeito nenhum, de nenhuma forma.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Na primeira fase, estou satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, vou fazer... Quero que passe a preferência de depoimento, porque estou aguardando algumas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Presidente, da mesma forma.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, uma questão de ordem. A lista de inscrição não foi essa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Da mesma forma, Presidente. Estou aguardando algumas informações. Passo adiante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, é constrangido que estou sentado aqui para fazer esta inquirição, porque não conheço, não conhecia nem nunca tinha visto o Ari Natalino, mas quando o Sr. Ari Natalino chega a esta Casa munido de um *habeas corpus* preventivo, boa coisa não é, Sr. Presidente. Alguma coisa de errado está existindo nisso aí. Aliás, ele, pelo que eu vejo, vem bem acompanhado, advogado competente, com grandes clientes. Parece que... Não sei se, salvo melhor juízo ou informação errônea que me deram, parece também que o nobre advogado também foi advogado também de um outro, de uma outra pessoa famosa, um juiz do Tribunal do Trabalho de São Paulo. Não?

O SR. ROBERTO PODVAL - Não, de um Senador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Do Senador?

O SR. ROBERTO PODVAL - Do Senador Luiz Estevão, com muita honra.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu pensei... A informação que tinham me dado é que o senhor teria sido também advogado do Juiz Nicolau dos Santos Neto.

O SR. ROBERTO PODVAL - O Dr. Toron foi advogado do Juiz Nicolau. Nós advogamos para o Senador Luiz Estevão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Menos mal. (*Risos.*) Mas Seu Ari Natalino, o senhor foi convidado aqui na condição de testemunha, mas pelo *habeas corpus* invoca porque o senhor está na condição de responder processo penal e por isso se mantém na condição, assegura a condição de ficar calado, não responder, para que não se incrimine em alguns dos processos que V.Sa. está respondendo. Não é isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Deixa eu dizer uma coisa para o senhor. Na CPI que falaram que eu não compareci, que foi na CPI quando do roubo de carga, com o Senador Romeu Tuma, eu também tinha um *habeas corpus*, estava doente, tinha médico, tinha UTI móvel, tinha ambulatório montado no Senado e eu respondi a todas as perguntas. Então, eu acho que não é porque eu estou com esse documento que eu não vou responder. O que eu puder responder, com certeza absoluta, eu vou responder. Não estou aqui para não responder, para me livrar dos meus processos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quantos processos criminais o senhor está respondendo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Vinte processos; inquéritos, 72.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Setenta e dois inquéritos. Algum transitado em julgado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Um único.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Um. Condenado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Condenado? Condenado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Réu primário?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Primário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quantos anos? Ou qual foi a pena?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Uma pena de regime aberto. Uma pena pequena. Nós entramos, após isso nós entramos, eu não conheço os autos, mas tenho notícias de que são 2 anos, até 3 anos, no regime aberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, nós estamos diante de uma pessoa que responde a 72 inquéritos, condenado, transitado em julgado, já condenado, e que veio a esta Casa sob a égide da imprensa do Brasil como um dos maiores fraudadores de combustível do Brasil. Isso é verdade, Sr. Ari Natalino?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Antes de vir aqui eu protocolei na ANP um documento onde eles mandassem para mim todas as vezes que a Petroforte foi autuada nessa mistura de combustíveis que vocês falam. Então, Jamais a Petroforte foi autuada. Tanto é que a ANP não respondeu e nós entramos com uma ação contra a ANP para que ela respondesse. Inclusive ela já foi oficiada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor só tem a Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só a Petroforte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É o único ramo de onde o senhor tira o sustento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era a Petroforte, porque a Petroforte parou já há 2 anos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E hoje, qual é o seu... continua no ramo do combustível?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nós... eu continuo com GLP.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Qual é a empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Max Gás.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Max Gás. Muito bem. E o senhor diz que a Petroforte, que há pouco tempo foi noticiado que a AN P fechou e as atividades já estavam encerradas há muito tempo, há 3 anos. É verdade isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Há 3 anos, e a ANP então...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, há 3 anos, não, há 2 anos e pouco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Dois anos e pouco. E só agora a ANP cassou o registro da Petroforte?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Na verdade, o senhor acha que isso aconteceu apenas para dar satisfação ao público?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não. A ANP tem um documento que ela recebe, trimestral, que chama SICAF, e a Petroforte não entregou esse SICAF. Se ela entregasse esse SICAF, com certeza, nunca sairia o registro dela.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O SICAF é porque está sem atividade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nós não quisemos entregar o SICAF porque estava parado, não justifica entregar o SICAF.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas consta que nesses 2 anos que a Petroforte está fechada o senhor negocia e transporta com combustíveis, mesmo sem a Petroforte funcionar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Negativo. Isso não aconteceu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não é verdade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor só está no gás. Só...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A base está parada, nem espaço está dando. Nunca foi dado espaço para nenhuma outra distribuidora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor se considera um homem rico?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É pobre?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Rico eu não sou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quantos anos o senhor ficou no ramo do combustível?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Dez anos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E antes do ramo do combustível, o senhor fazia o quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu tinha postos de gasolina, mas não na distribuição de combustível.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, antes dos postos de gasolina, o senhor tem quantos anos no ramo de combustível? Tem postos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Com postos, desde 85.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Desde 85. E consta, às vezes, nos jornais que o senhor tem no ramo de combustível, que foi um homem próspero, que tem lanchas, carros de luxo e tal. Isso é verdade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acho que quem trabalha 24 horas por dia tem o direito de desfrutar de alguma coisa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Tem iate, lanchas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não tenho iate.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A pouco tempo atrás saiu no jornal que um delegado de polícia da Polícia Federal teria recebido 500 mil reais para alguma coisa com a esposa do senhor, para não prender, porque tinha uma ordem de prisão preventiva para o senhor e para a sua esposa. É verdadeiro isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mentira. Jamais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas os jornais noticiaram.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O jornal noticia tudo. Isso jamais aconteceu. Eu não dei o dinheiro nem para o delegado e nem daria dinheiro para ninguém.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas tinha um mandado de prisão preventiva para o senhor e para a sua esposa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha um mandado de prisão para mim, e eu me entreguei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor se entregou e foi preso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Fui preso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Através de um outro *habeas corpus* o senhor foi solto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Através de outro *habeas corpus*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor é uma pessoa influente. O senhor tem realmente bons advogados. Eu não estou infringindo a



Constituição em nada, é apenas um comentário meu, compreendam. É uma pessoa influente, tem prestígio, prestígio e recursos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acho que o contrário. Eu acho que o juiz analisa corretamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor esteve aqui também, em outra CPI, também como testemunha?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Estive.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas consta que atribuiu que o senhor tinha envolvimento, a CPI o trouxe aqui, não como testemunha, mas também sobre suposto envolvimento no roubo de carga. Isso é verdadeiro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É mentira, eu acabei de falar agora que eu fui roubado muitas vezes e não comprei carga roubada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quais as acusações que pesam contra o senhor...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - As acusações que pesam sobre mim...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ...na CPI do roubo de cargas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nenhuma?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - No roubo de carga, nenhuma.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o senhor veio aqui para quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu vim aqui para realmente ser ouvido em roubo de carga, só que nada foi perguntado para mim de roubo de carga. Tudo, menos o roubo de carga foi perguntado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor conhece como funciona o sistema de adulteração de combustível no Brasil?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei, não conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nunca ouviu falar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ouvi falar, mas não conheço como funciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre José Carlos Araújo, as suas interpelações estão sendo excelentes, mas gostaria que fosse bastante



objetiva, porque nós estamos com uma pauta bastante extensa e temos ainda uma outra audiência, ainda hoje. Só para ajudar, como o senhor é um grande colaborador da Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente, eu tenho a impressão de que hoje V.Exa. não acordou bem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Logo quem, da Bahia, onde começou tudo neste País.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Vejo que realmente eu hoje não tenho sorte. Eu sempre... Mas atendendo a V.Exa., Presidente, eu vou dividir o meu interrogatório ao Sr. Ari Natalino em duas partes. Eu fiz essa primeira parte, e já que pelo que V.Exa. apela, como não recebi nada, eu não conhecia nem o Sr. Ari Natalino, apenas ao receber isto aqui... E uma coisa só que eu queria concluir, Sr. Presidente, deixar claro com o advogado que o salvo-conduto resguarda tudo o que está aqui, mas não resguarda para um flagrante caso nós sejamos desrespeitados nesta Casa também, Sr. Presidente. Encerro, neste primeiro instante, a minha primeira intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Paulo Rubem. Sendo bem objetivo, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Até porque, Sr. Presidente, nós pretendemos dividir a nossa participação em duas etapas. Na primeira eu gostaria inicialmente de perguntar ao Sr. Ari Natalino: Sr. Ari, qual é a sua idade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quarenta e sete.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quarenta e sete anos. O senhor é natural de que Estado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Igaraçu do Tietê, de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor tem irmãos ou irmãs?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Somos 6 irmãos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Seus pais tinham empresas ou tinham atividades no ramo comercial?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual era a profissão dos seus pais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O meu pai é operário.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor já informou à CPI da sua atividade com a Petroforte, com a Max Gás, falou das suas cargas, que já teria sido vítima de roubo de cargas e dos postos. Pediria que o senhor me ajudasse a organizar a seqüência dos seus negócios. Com que idade o senhor começou a trabalhar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sete anos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor trabalha em que atividade a partir dos 18 anos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Dezoito anos? Eu tinha uma metalúrgica.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como era o nome da metalúrgica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Fazia fabricação de lustres.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Lustres. Em que cidade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Campinas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Aos 18 anos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor era empregado ou o senhor era proprietário?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Proprietário.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quantas pessoas trabalhavam com o senhor na metalúrgica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha umas 50 pessoas, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor, aos 18 anos, já era proprietário de uma metalúrgica com 50 pessoas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor comprou essa metalúrgica, o senhor herdou essa metalúrgica, fez sociedade com algum amigo? Como foi o negócio?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu tinha uma loja pequena de lustres, aí nós montamos uma fábrica para fabricar lustres.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor começou essa loja de lustres com que idade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De 17 para 18 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor fez curso técnico no SENAI, curso de mecânica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - No SENAI.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, aos 17 anos o senhor tinha uma loja pequena de lustres?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E aos 18 o senhor já era proprietário de uma metalúrgica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Uma pequena metalúrgica.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Com 50 pessoas, aproximadamente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por quanto tempo o senhor foi proprietário dessa indústria metalúrgica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quatro anos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Dos 18 aos 22?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o que o senhor fez dessa empresa? Vendeu, rompeu a sociedade? O senhor tinha sócios?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Nunca tive sócios.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nessa empresa o senhor não tinha sócios?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Aos 22, o que o senhor fez com a metalúrgica? Parou de fabricar lustres? Passou a fabricar outras coisas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Vendi, vendi a metalúrgica.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor vendeu? Isso em 1978, mais ou menos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E depois o senhor usou os recursos e abriu um outro negócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mexia com cereais.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor foi atacadista?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Atacadista de cereais. Isso aí.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como era o nome da empresa? Era sua a empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era minha a empresa. Era Aliança que se chamava.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Aliança. A Aliança durou quanto tempo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também vendi a Aliança quando comecei a mexer com gasolina, com postos de gasolina.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quanto tempo o senhor ficou como dono da Aliança?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De 81 a 85, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - De 1981 a 1985. E o senhor foi para o ramo de postos por alguma sugestão de amigos, por alguma oportunidade de negócios? Apareceu uma oferta boa para o senhor comprar postos? Como é que foi o negócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Apareceu um posto para comprar. Comprei o posto, gostei do ramo e segui no ramo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor inicialmente comprou um posto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor recorda o nome desse posto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É Autoposto São Paulo, na cidade de São Carlos.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Autoposto São Paulo, em São Carlos. O senhor se recorda qual era a distribuidora à época que lhe fornecia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - São Paulo. Companhia São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A distribuidora que lhe dava o combustível era essa empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Companhia São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor ficou de 85 até quando como proprietário desse posto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Montei uma rede com uns 15 postos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quanto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quinze postos até 89.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quinze postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Tinha uma marca?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Trabalhava com todas as bandeiras: Atlantic, na época, Esso, Texaco, Ipiranga.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor também não tinha sócios nessa rede?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não tinha sócios.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor não tinha sócios. Essa época o senhor já tinha constituído família?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu me casei em 78.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor se casou aos 22 anos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, em 85, o senhor era apenas o único titular. A senhora sua esposa também era sócia, participava dos negócios?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ela não participava.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Participava de algum outro negócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nenhum outro negócio.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Só a família. Só a participação na família?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, o senhor em 1985 começou com um posto e montou uma rede de 15 postos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Paulo Rubens.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos ser bem objetivos, porque já se passaram mais de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Montou uma rede de 15 postos. Quando é que o senhor passou a atuar... saiu do varejo e passou para o atacado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando o setor foi desregulamentado, em 91, 92, parece que foi.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E aí o senhor comprou a Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Construí uma base. A primeira base primária construída foi nossa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A base em qual Município?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Paulínia.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Paulínia. O senhor, quando construiu, já começou com essa razão social, a Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A Petroforte.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E aí ficou com a distribuidora e com os postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Os postos já existiam. Acho que uma distribuidora sem postos não funciona.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas hoje há muitas que funcionam sem postos. Vendem para outros, não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Difícil. Na época, tinha uma portaria que se você não tivesse postos de gasolina, você não tinha quota.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Era um negócio casado, então, distribuidora e os postos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor ainda tem os postos hoje ou não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Hoje não tenho posto, não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor se desfez quando dos postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando tudo isso começou a acontecer, quem é que tem crédito? Ninguém vai abastecer num posto que rouba carga, adultera produto. Aí, fica muito difícil.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor tinha empresa também de transporte? Era sua? Como era o nome da transportadora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - HSD Transporte.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - HS...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - HSD Transporte.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - HSD Transporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos concluir, porque tem outros Deputados.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pois não. Eu vou fechar essa primeira etapa. Isso, em 92. O senhor tem filhos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tenho dois.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual a idade dos seus filhos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Um, 23; e um, 13.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O de 23 anos lhe acompanha nos negócios?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Trabalha junto.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Trabalha em quais empresas do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na Max Gás.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Na Max Gás.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor também teve empresa no setor de cigarros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu sou sócio de uma fábrica de cigarro, mas nunca participei da fábrica de cigarro. Investi. Sou investidor da fábrica de cigarro. E quem administra é um outro sócio meu.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como é o nome do sócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, está *sub judice* isso daí. Estou discutindo na Justiça. Prefiro não revelar o nome.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Pois não. O seu filho também tem participação na empresa de cigarro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Nem comercial?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nada.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nem gerencial?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Administrativa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Nada, nada, nada.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Ari, o senhor disse que o seu primeiro negócio foi uma metalúrgica. Primeiro, o senhor tinha uma loja de lustres. Daí, o senhor resolveu fazer os lustres. Aí, o senhor vendeu a metalúrgica. Montou um atacado de cereal. O senhor se tornou um atacadista.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Primeiro, eu tinha um supermercado. Depois, virei atacadista. Achei que era bom o ramo e montei um atacadista.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor teve um supermercado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Em 85, o senhor vendeu.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Em 85, eu vendi.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E começou a trabalhar com posto de combustíveis, não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Posto de gasolina.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Em 89, o senhor já tinha 15 postos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Aí, o senhor construiu uma base para o senhor para garantir uma quota.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Eu construí a base...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Para garantir uma quota para os seus postos. É isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Meus postos, não. Eu queria uma distribuidora. Depois da distribuidora, que vieram os postos de gasolina.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Então, antes de o senhor ter os postos, o senhor já tinha a distribuidora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não. Eu tinha... Eu quis para o posto de gasolina, mas só que era...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Entendi, já entendi.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu queria ter uma distribuidora própria.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Própria. Isso mesmo. E a HS Transporte é que transportava esse material para o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato. É porque hoje a logística de uma distribuidora é entregar o produto num raio de 70 quilômetros. E como a gente estava começando, não podia escolher distância. Se você não tivesse uma frota própria, o frete encareceria e não daria resultado.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor fez uma outra afirmação e é com base nela que eu estou querendo trabalhar um pouco. O senhor disse que tudo isso que anda por aí é fruto de invenção. O pessoal está lhe perseguindo. É isso que o senhor disse, não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Mas, afinal, o que anda por aí, o que dizem?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acho o seguinte: estou dizendo que, no princípio, quando tinha só 7 distribuidoras no País, na época, quando nasceu a Petroforte. Então, a agilidade nossa de negociar, de comercializar, os nossos contratos não leoninos, como são os da multinacional, acho que dá muita facilidade para o operador mudar de bandeira e vir para o nosso lado. Isso aí acho que prejudicou muito, porque eu não tenho uma conta na Rede Globo nem em uma outra televisão. Então, acho que o pessoal bateu forte, pegou forte, e daí para frente eu roubava carga, para ter preço bom, e daí para frente.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Viram que o senhor começou a crescer. Daqui há pouco, começou a assustar e aí começaram a perseguir o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nessa perseguição, quais foram as acusações que lhe fizeram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Eliseu Padilha, queria que o nobre Deputado Paulo Rubem Santiago assumisse, porque vou votar.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor lembra as acusações que lhe fizeram?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na época, quando eu montei a distribuidora, a gente não podia... não é como hoje que você pode pegar o produto e vender para qualquer...

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, lamento a interrupção. É uma questão de ordem. Eu solicitaria que V.Exa. interrompesse por 5 minutos, para que nós pudéssemos cumprir a votação nominal e voltássemos, para não haver também evasão do recinto e com isso cumprirmos com a nossa obrigação, até porque somos obrigados regimentalmente a interromper num processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Nós temos a comunicação de que é apenas uma verificação de *quorum*. Então, apelamos para que não interrompêssemos a sessão, fizéssemos...



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu gostaria de votar, mas gostaria de ouvir as respostas, porque as respostas são base das nossas outras inquirições. Então, pode perder. Se nós interrompêssemos por 5 minutos, não haveria nenhum prejuízo. Cumpriu a verificação, e voltariam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - A Presidência considera o argumento do Deputado Eduardo Cunha, até porque as respostas podem interessar também a outros Deputados. Suspende e apela para que não haja a evasão do recinto, por 5 minutos, para que possa haver a votação e o retorno para a continuidade da sessão. Peço ao Sr. Ari Natalino e aos seus advogados que permaneçam à mesa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está reaberta a sessão. Nobre Deputado Eduardo Gomes. Ah, continua? Então, desculpa.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Seu Ari, estávamos vendo... o senhor começava a dizer quais as acusações que esse pessoal tinha feito contra o senhor, embora injustas, mas quais são as acusações?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É como disse para o senhor. Você pega uma distribuidora nova, coloca no mercado e tem um ditado aí que as multinacionais diziam o seguinte: quando se perdia uma bandeira, perder um posto, é como se perdesse um filho. Então, imagine a fúria que ficava quando você pegava alguns postos bons delas. O que acontecia? Ela ia para o proprietário do posto que você estava virando a bandeira e falava assim: esse é ladrão, esse não presta, esse rouba carga, esse faz isso, faz aquilo. Isso aí foi fulminando no mercado e todo mundo foi falando isso aí. Eu fui o primeiro a entrar no mercado de distribuição. Eu sofri as conseqüências. As novas que entraram hoje, que tem 200, que o senhor fala que não tem base, não tem caminhão, não tem nada, eu tinha uma estrutura. Eu tinha uma estrutura de caminhão, eu tinha uma estrutura de bomba, eu tinha uma estrutura para botar imagem nos postos de gasolina e sofria isso. A própria Esso, uma vez, chegou numa base nossa em Paulínia, ela pegou todos os documentos que estavam lá, dizendo que todas aquelas notas eram frias, que não pagava imposto, que era isso, que era aquilo. Quer dizer, então, para amedrontar os operadores de posto a virar uma bandeira para você.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Quando o senhor teve maior número de postos, quantos o senhor teve, que o senhor fornecia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Trezentos postos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Chegou a fornecer 300 postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não eram do senhor os 300?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De terceiros.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eram de terceiros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha alguns nossos que a gente comprava o imóvel e ficavam os postos para nós.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Esses postos o senhor comprou sempre em nome de que firma?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Qual? Da Petroforte.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Esse que o senhor comprou, o senhor sempre comprava no nome da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sempre. Tem que ser no nome da Petroforte. A Petroforte que era a distribuidora, ela que fazia a sublocação.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Ela comprava e fazia a locação para...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A sublocação para o operador do posto.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O operador era, na verdade, um inquilino do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era uma bandeira, um terceiro. Ele podia comprar de mim, como também podia não comprar.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Mas ele tinha uma cota mínima, que ele tinha que comprar, senão ele pagava um aluguel para o senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ele tinha um contrato de CVM, que assinava conosco, que tinha que comprar tanto de álcool, tanto de diesel e tanto de gasolina.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Teve algum momento que acusaram o senhor de fazer também a adulteração de combustível?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, a nossa estrutura é bem mais enxuta do que qualquer outra estrutura de distribuidora que tinha. Então, a gente tinha condição de dar prazo e vender produto mais barato. As distribuidoras na época vendiam para pagar em 2 dias. Nós vendíamos para pagar em 15 dias. Então, quando se vende para pagar em 15 dias e vende produtos mais baratos, a única coisa que eles têm que fazer é falar que você está adulterando o produto. Mas só que em toda a época da Petroforte, se vocês hoje pedirem para a ANP se teve alguma autuação de adulteração de produto, ela vai dizer que não tem, tanto é que eu pedi, infelizmente não deu tempo de trazer aqui hoje.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A ANP nunca autuou o senhor por nenhuma razão?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nunca, nunca.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor não teve nenhuma autuação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, teve uma vez que a ANP fechou a base não por adulteração, por documentação.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sei, a documentação não correspondia. A sua base tinha capacidade para estocar quantos...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Onze milhões e 800 metros cúbicos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Onze milhões e 800 mil. É isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso. Onze milhões e 800 mil litros.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Litros. Cúbicos eram 11 mil.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Ari, o senhor foi convocado. Há quantos dias o senhor recebeu a comunicação que o senhor tinha que vir aqui?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na CPI? Nós viemos no final do mês, não teve...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Ah, sim! O senhor já esteve aqui no final do mês.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - No dia 07 eu fui convocado, mas houve a morte de um Deputado, foi adiado e foi convocado para ontem. Ontem eu não pude vir, porque a minha médica de ciático — eu fiz transplante — estava em Ouro



Preto. Então, como o meu visto também foi cassado, porque falaram na época da CPI do Narcotráfico, um avião meu caiu em Pindamonhangaba, dizendo que eu estava... dois Deputados foram lá e falaram que lá tinha vestígio de pó. Então, o que aconteceu? Eu tive o meu visto cassado nos Estados Unidos. Então, eu pego a oportunidade de quando ela vem para o Brasil para me atender. E ontem ela estava em Outro Preto, num Congresso, ela me atendeu ontem. Eu tenho até um atestado médico que trouxe aqui, para que... por isso que eu não pude comparecer aqui ontem.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Mas teve uma modificação de posição do senhor daquele outro dia para hoje. Hoje o senhor recorreu ao Judiciário e nos apresentou um *habeas corpus*. Por que o senhor mudou de opinião com relação à CPI?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – O senhor, na outra vez que o senhor teve aqui, o senhor não tinha *habeas corpus*. Está certo? Embora o senhor não tenha sido ouvido. Agora o senhor veio com *habeas corpus*. Por que o senhor foi ao Judiciário buscar um *habeas corpus* para vir falar na CPI?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Muito bem, a gente tem um grupo de advogado. O advogado achou melhor que viesse com *habeas corpus*, nós viemos com *habeas corpus*.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Ah, foi orientação do advogado. O senhor não tinha medo de nada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tanto é que eu estou respondendo às perguntas todas que estão pedindo.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Claro. Eu estou tendo de parte do senhor a receptividade plena. O que a gente está perguntando, o senhor está respondendo, até porque a gente também não está perguntando o que a gente sabe que não pode perguntar. O que pode perguntar, a gente já sabe. Eu pergunto para o senhor o seguinte: o senhor falou que caiu um avião do senhor. Quantos aviões o senhor tem hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Hoje eu não tenho nenhum.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Hoje eu não tenho nenhum. Tinha 3 aviões. Tinha um helicóptero, um jato e um Seneca que recolhia o dinheiro dos postos de gasolina no finais de semana prolongados. Foi esse avião que caiu, o Seneca.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – O Seneca caiu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – E o helicóptero e o jato?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi vendido.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – O senhor vendeu? Sr. Presidente, nessa primeira parte eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, vou ser bem objetivo, até porque é interesse específico, nas perguntas que eu vou fazer e se puder eu gostaria de contar com a colaboração do Sr. Ari Natalino e dos advogados, porque as minhas perguntas são bem pontuais. O senhor comercializava e distribuía também e comprava álcool?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Também.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – O senhor poderia falar quais eram as usinas, as maiores fornecedoras do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem, quando começou a Petroforte, não éramos nós que determinávamos as usinas que nós íamos pegar o álcool, era a própria PETROBRAS. Você vai buscar o álcool em tal usina, em tal usina. E depois fomos indicados, você compra o álcool da usina que você bem entender.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – O senhor podia falar no começo e depois que mudou a norma da PETROBRAS? De quem o senhor comprava no começo? Quais as usinas que o senhor comprava no começo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Das mesmas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – E quando abriu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – E quando abriu a gente tinha conhecimento, a gente conhecia os donos dessas usinas, a gente ia nessas usinas buscar. Discutia preço, porque agora você tem condição de discutir preço.



Antigamente você não tinha discussão de discutir preço, você tinha que pagar o preço do álcool, o preço que era o preço da gasolina.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – O senhor se disporia a entregar a esta CPI uma relação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Das usinas?

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Das usinas que...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – ... a Petroforte comercializava e o volume.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Trago.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – O senhor alegou, o que já foi dito aqui em algumas oportunidades, a disputa de mercado com as multinacionais. Nos 72 inquéritos que o senhor responde, há tipificação de crime e denúncia, que seja conhecimento do senhor, que as grandes também estão sendo questionadas, como sonegação, adulteração, liminar de CIDE?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não sei se a... Eu soube, no passado, inclusive na outra CPI eu disse que a própria Esso deixava de recolher uma parte do imposto que acumulava bilhões de reais. Ela tinha uma liminar que foi transitada, perderam o prazo e ela ganhou e não pagou. Agora, das menores, das menores hoje quase todas elas têm problema, porque todas tinham liminar no passado, tanto é que quando se fala de 72 processos contra mim aí, a maioria desses processos é tudo referente à liminar. Eu comprava com liminar, vendia para o posto com preço mais barato, porque você tinha a liminar. Aí, quando se cassava a liminar o posto estava reclamando de você, porque ele estava sendo executado também, porque ele comprou de você, que tinha liminar. É por isso que tem essa quantidade de processos contra mim aí, 72 processos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – A assessoria jurídica do senhor pode fornecer a esta CPI a relação desses 72 inquéritos e, se possível, a correlação com o tipo de crime também apontado em outras distribuidoras que está disponível na Justiça e que não corre em segredo de justiça?

O SR. ROBERTO PODVAL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Com a palavra.



O SR. ROBERTO PODVAL - Nobre Deputado, perfeitamente. Nós entramos na defesa há pouco tempo. Nós também estamos agora olhando, indo buscar esses processos. Muitos não são, todavia, do nosso conhecimento. E assim que tivermos essa relação, estará à disposição da CPI.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - A Petroforte teve quantos anos de funcionamento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De 94, se for ver o funcionamento dela, parou 2 anos atrás. De 74 até 91, quase 92.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Dois mil e um.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Desculpa, desculpa, 2001. É isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - A empresa do senhor concentrava a maior parte da comercialização na região de São Paulo e Campinas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - São Paulo, sul de Minas e um pouco Centro-Oeste.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - O senhor foi convocado pela importância que tinha regional do seu comércio, do movimento a contribuir em campanhas eleitorais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - O senhor não declarou nada de imposto de renda de doações a campanhas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, fico satisfeito, desde que o senhor Ari se comprometa na questão da relação das empresas que comercializam álcool e, nesses 72 inquéritos, se ocorreu alguma notificação ou sonegação de ICMS do álcool da usina ou da distribuidora. Essa contribuição que peço específica para a CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhor depoente, minha primeira pergunta, Sr. Presidente, o depoente citou que a empresa dele, a Petroforte, já não estaria sem funcionar há mais de 3 anos. E disse também que a ANP teria cassado agora o registro, porque ele não teria apresentado o SICAF. Seria isso mesmo? Eu entendi correto?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A minha pergunta é a seguinte: se a empresa não estava sem funcionar há 3 anos e deixou de funcionar agora, em virtude da não apresentação do SICAF, é verdadeiro que há um processo na 20ª Vara Federal do Distrito Federal, onde em 13 de dezembro de 2001, ou seja, a um ano e meio atrás, foi obtida uma decisão para afastar a exigência da comprovação perante o SICAF?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Por nós?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pela Petroforte.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não. Sempre foi entregue o SICAF.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Estou aqui com a relação da ANP de todos os processos, as decisões judiciais até o mês de abril de 2003. Uma informação oficial da ANP. E aqui está, com relação à Petroforte, o Processo 20003400010257-7, 20ª Vara Federal do Distrito Federal. Essa informação é da ANP. Essa informação, então, é falsa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu desconheço. Eu não pedi. Eu não pedi para que realmente deixasse de entregar o SICAF.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não há nenhum processo judicial da Petroforte pedindo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Existe alguma outra empresa que chama Petroforte que é distribuidora de combustíveis e que tem autorização da ANP?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Que número é a autorização da ANP aí? Que número que é?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Aqui não tem o número da autorização da ANP. Eu tenho a relação das autorizações. Qual é a razão social inteira da empresa do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Petroforte Brasileira de Petróleo Ltda.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Petroforte Brasileira de Petróleo nº 154 é a da relação da ANP. O seu CNPJ é 96288881/0001-67.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu desconheço. Acontece o seguinte: aqui em Brasília, nós tínhamos um advogado que, quando advogava para uma empresa, advogava para várias empresas. Pode ser que quando ele entrou pedindo para alguma distribuidora, ele também tenha pedido. Mas eu não sei. Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu não pressuponho que o advogado que está ao lado de V.Sa. aí possa fazer algum tipo de procedimento judicial ou atuar em processo pelo senhor se não tenha a procuração. Então, se ele entrou com um processo em Brasília, certamente houve uma procuração dada pelo senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente. Mas eu desconheço isso aí.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então o senhor desconhece. Sr. Presidente, a primeira coisa que eu gostaria é de obtenção, junto à ANP, do teor dessa decisão judicial e, mediante isso, a cópia integral desse processo, para que possamos verificar a procuração, porque isso aqui não tem nada a ver com o fato do *habeas corpus*. E está havendo uma situação em que ou a informação da ANP é falsa, tem que ser confrontada, ou o depoente mentiu. Quero deixar, primeiro ponto, registrado isso. Segunda pergunta — V.Exa. depois consulte e veja as medidas que deva tomar, não sou eu que devo julgar as medidas —, gostaria de saber: o senhor falou que responde a 72 inquéritos de natureza criminal. Seria isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Geral, criminal e cível.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Existe inquérito cível? Não sou advogado, mas acho que desconheço a existência de inquérito cível. Pode existir processo cível, mas inquérito cível? Esses 72 envolvem processos criminais e cíveis? São só criminais? Gostaria de ter uma...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Toda vez que se refere a imposto, vamos supor, federal, é crime.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. Não é crime, não, senhor. A não ser que haja uma sonegação por dolo. Contestação de tributos não é crime. Que eu saiba, não.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei responder isso aí.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não sabe responder?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, vou fazer uma pergunta mais concreta. Quantos processos criminais houve denúncia criminal feita contra o senhor? Inquérito é um procedimento que pode dar ou não numa denúncia. Eu gostaria de saber de quantas denúncias criminais o senhor tem hoje que já foram formalizadas contra o senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também não sei responder.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O seu advogado não saberia responder quantas denúncias criminais o senhor já tem?

O SR. ROBERTO PODVAL - Nobre Deputado, nós nos comprometemos e entregaremos. Nós fomos contratados há pouco. Estamos agora fazendo uma busca pelo Estado para buscar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ilustre patrono do depoente, até concordo que o senhor assumindo uma causa, o senhor tenha dificuldade de identificar um volume de inquéritos, que são processos investigativos e que não demandam uma ação processual. Mas na medida em que o senhor assumiu a defesa, as denúncias criminais, que provavelmente ele deveria ter outro patrono, o senhor deveria ter assumido por subestabelecimento ou por constituição de nova procuração, mediante destituição do patrono anterior. Então, não me parece crível que o senhor não conheça as denúncias. O senhor tem que atuar no processo. O senhor pode não conhecer os inquéritos. Então, ele está sem patrono nas defesas das denúncias criminais?

O SR. ROBERTO PODVAL - É, se me permite, possível...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, está à revelia? Ele tem processo correndo à revelia?

O SR. ROBERTO PODVAL - É possível que tenha. Os casos que nós entramos, muitos deles nós encontramos com outros advogados que nós sequer tínhamos ciência que eram advogados dele.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, vou tentar fazer uma pergunta para ver se é possível ter alguma resposta. Quais são as denúncias criminais que o senhor conhece do processo que o senhor assumiu a causa como patrono?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Peço ao nobre advogado um minutinho, porque essa foi uma diligência que foi feita e estão chegando os documentos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quero cumprimentar os nobres Deputados que fizeram com sucesso, pelo que estamos vendo, a busca e a apreensão na empresa Apolo Petróleo Ltda., na cidade de Lorena, São Paulo, numa operação conjunta com o Deputado Luciano Zica. Ainda não conheço o resultado da parte dele. Pelo menos visivelmente estamos conhecendo. Mas quero cumprimentar os nobres Deputados que estão chegando com o fruto do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Podemos dar continuidade.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pois não. Repetindo a pergunta para o patrono: quais são as denúncias criminais que já se tem ciência que se assumiu a defesa dele?

O SR. ROBERTO PODVAL - Na única que nós efetivamente assumimos a defesa dele foi num processo, único processo criminal, sonegação fiscal, da pessoa física do Sr. Ari Natalino, que foi em decorrência da prisão dele numa vara, salvo engano, numa Vara Federal do Estado de São Paulo, que teve uma sentença condenatória que foi anulada por força de um *habeas corpus*. Esse é o único processo que efetivamente nós atuamos. Agora, há 15 dias, nós pedimos para que os advogados do escritório — estão fazendo um mutirão — para ir buscar os processos existentes, para ter ciência do processo. Então, o único processo que nós atuamos, exceto a CPI, efetivamente, foi o único processo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sim, mas perguntaria ao depoente agora: o senhor não tinha advogado anteriormente à constituição desses patronos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha advogado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E os advogados tinham procuração do senhor, certamente.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha, tinha procuração.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E por que foi trocado o advogado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha um departamento jurídico que eu confiava no departamento jurídico. Eu não sei realmente quantas denúncias tem. Eu



acho que se tivesse mais denúncia eu teria sido preso em outros processos, não só neste.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sim, eu compreendo. Mas aqueles instrumentos de procuração que os seus advogados tinham não foram passados e substabelecidos para ele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas não tive tempo. Ele não teve tempo de...várias cidades. Postos de gasolina têm em todas as cidades. São 300 postos de gasolina, cada um em uma cidade diferente. Quer dizer, vem uma ação de São José do Rio Preto, vem do Campo Grande, vem de Cuiabá. Então, fica difícil. Eles estão correndo atrás agora.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas um advogado brilhante como esse sabe que ele pode buscar na Internet todos os processos que estão ocorrendo, sabe a situação dos processos e certamente teria se preocupado com as denúncias em andamento, inclusive as já aceitas pelo juiz. Então, seria uma forma até de proteger o cliente. Não consigo acreditar, o senhor merecendo a confiança até de outros clientes ilustres, como o senhor mesmo falou, do ex-Senador Luiz Estevão, que o senhor não tenha o zelo profissional de tentar entrar nas ações onde as denúncias já estejam tendo o seu curso processual.

O SR. ROBERTO PODVAL - Nobre Deputado, eu não vou aqui discutir o meu zelo profissional com relação aos processos dos advogados que ele tinha constituído. Sequer souberam nos passar a relação dos processos que estavam ali, que tinham atuado. Nós não temos sequer substabelecimento e nem a relação. Estamos, na medida do possível, com a brevidade e com o tempo, que talvez o senhor não conheça, que nós fomos constituídos, buscando isso. Agora, não me parece, eu vou ser muito elegante com V.Exa...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não poderia ser de outra forma, porque estou sendo com o senhor também bastante educado.

O SR. ROBERTO PODVAL - Claro, não vou discutir aqui o meu zelo profissional e se o cliente não tiver, como tenho dito, ele pode procurar um advogado talvez mais zeloso.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quer dizer que o senhor não teve a preocupação de nem fazer uma pesquisa na Internet para saber se há outras denúncias?

O SR. ROBERTO PODVAL - Eu posso lhe dar os dados e o senhor faça uma pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Eduardo Cunha, queria que as perguntas fossem dirigidas ao senhor...

(Não identificado) - Não, mas é porque é uma ação do patrono.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Perdoe-me, Sr. Presidente. Perguntaria o seguinte: é verdadeira a informação que chegou a esta Comissão que o depoente teria sido, no momento da sua prisão, portando uma aplicação vultuosa do exterior, um certificado de aplicação no exterior?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, é mentira.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não é verdadeira essa informação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não é verdadeira.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor nunca teve conta ou não tem conta no exterior?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não tenho aplicação nenhuma no exterior, não tenho nem enviei dinheiro para o exterior.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Em nenhum momento em sua vida o senhor...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O que aconteceu foi o seguinte, não é que fui preso com essas cautelas. Eu estava, um dia, viajando na Castelo Branco, meu carro parou, eu tinha 2 cautelas de *offshore* dentro da minha pasta. Só que é o seguinte: a pessoa me forneceu, que ele tinha um crédito, não é no Paraguai, era na Argentina, ele tinha um crédito de 20 milhões. Ele falou assim: "*Como você tem uma dívida no banco, vê se você consegue fazer um negócio com essa cautela no banco, para você receber esse dinheiro*". É um dinheiro legal e eu posso fornecer o nome da pessoa, a pessoa pode vir aqui.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, eu gostaria, porque o senhor falou muito rápido e não tive entendido, a minha capacidade ela é limitada para poder



conseguir ter um entendimento. Se o senhor pudesse repetir de uma forma mais lenta, até porque é um mecanismo de difícil compreensão para nós, Parlamentares.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando pegou, eu estava vindo no meu carro na Castelo Branco, tinha uma xerox, uma cautela de um valor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O que seria uma cautela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Uma cautela é uma aplicação de um dinheiro lá fora.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Uma aplicação de um dinheiro lá fora. Essa aplicação seria onde?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na Argentina.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Na Argentina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na Argentina. No momento que a gente estava em crise, então, essa pessoa falou assim: "*Vê se você consegue negociar esse valor no banco*". Isso aí. Então, essa pessoa tem um nome. Eu vou até...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O que seria essa negociação? Seria um resgate antecipado? Ela tinha um prazo de vencimento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Como eu tinha um débito no banco, ele falou: "*Vê se você consegue pagar esse débito no banco*". Isso aqui...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, veja bem, estou querendo entender até, e também acho que os colegas vão querer entender, senão a gente não consegue entender o seu argumento. O senhor disse que tinha umas cautelas, são as aplicações.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Essas aplicações devem ter um prazo de vencimento no futuro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Já estavam vencidas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor estava tentando antecipar o resgate?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não, já estavam vencidas, mas só que eram da Argentina. A Argentina estava em crise e essa pessoa não conseguia resgatar esse dinheiro.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ah, então não tinha liquidez na aplicação. Seria isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A pessoa não conseguia receber.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Naquele momento, não. Então, ele falou assim: *“Vamos ver se o banco pega essa cautela aí para liquidar um débito que você tem no banco”*.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor tinha um débito no banco?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor estava tentando usar essas cautelas...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Para liquidar esse débito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para liquidar o seu débito.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É isso aí.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A quem pertenciam essa cautela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu tenho, eu informo para o senhor, posteriormente, o nome da pessoa. Ele pode até vir depor aqui, se o senhor quiser.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, se o senhor pudesse informar aqui.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Agora, eu não tenho o nome da pessoa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não sabe o nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Agora eu não tenho.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Uma pessoa entrega 20 milhões de dólares de cautela...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, é uma xerox. É uma xerox. Ele não entregou a cautela para mim. É uma xerox da cautela, não vale nada. É isso aqui.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sei. Uma pessoa que lhe pressupõe uma confiança para lhe entregar 20 milhões de dólares, o senhor não sabe o nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas, senhor, ele não entregou a cautela, entregou a xerox da cautela.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sim, seja o que for, mas ele estava lhe dando a oportunidade de liquidar um débito seu, no valor correspondente a 20 milhões de dólares...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu estou falando para o senhor o seguinte: que eu trago o nome da pessoa aqui.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, eu estou só querendo saber... Talvez todos nós aqui por 20 reais saberíamos o nome de quem pudesse ter-nos fornecido, eu lhe diria, e 20 milhões de dólares o senhor não lembra o nome, neste momento, da pessoa que poderia lhe confiar um montante dessa natureza para liquidar um débito?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não lembro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não lembra o nome. Eu perguntaria ao senhor: quais são as empresas hoje que o senhor tem e que o senhor é sócio delas, participa delas? Os nomes das empresas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De nenhuma.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não participa de nenhuma empresa mais hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De nenhuma.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A Petroforte, o senhor não participa mais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu nunca participei da Petroforte.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quem era o sócio da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era minha ex-mulher e uma outra pessoa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual o nome da sua ex-mulher, por gentileza.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Aparecida Maria Pessuto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Aparecida...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Maria Pessuto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA DA SILVA - Maria...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pessuto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pessuto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E a outra pessoa quem seria?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sandra Regina D'Avanço.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quais serão os percentuais da empresa de cada uma?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Para a Aparecida Maria Pessuto, 99% e 1% para a outra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E a empresa Max Gás que o senhor falou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É do meu filho e da minha mulher, hoje, atual.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É do seu filho...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Um filho de 23 anos e a minha mulher.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Por gentileza, qual é o nome do seu filho?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Débora Aparecida Gonçalves e Herick da Silva.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Débora Aparecida Gonçalves e Herick da Silva, este seria seu filho. Em nenhuma outra empresa o senhor participou. Nesta empresa que o senhor tinha no passado, postos de gasolina...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Postos de gasolina? Não tenho mais posto de gasolina nenhum.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A fábrica de cigarros que o senhor falou que era de sua propriedade, que o senhor tinha um sócio, o senhor não é proprietário da fábrica de cigarros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu fiz um investimento lá. Eu não participo ativamente lá. Fiz um investimento nessa fábrica.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor é cotista ou acionista da fábrica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Eu fiz um investimento nessa fábrica, está...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas o que significa? O senhor é credor da fábrica, o senhor emprestou dinheiro para a fábrica, qual é a relação?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Deixe eu dizer uma coisa para o senhor. Essa fábrica de cigarros também está *sub judice* e prefiro não responder.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. Pode estar *sub judice* as atividades, mas a sua participação no capital ou nos seus negócios isso não está *sub judice*.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Está.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A informação...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Está.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Uma informação no seu nome...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu estou respondendo um processo sobre isso aí?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. O senhor me desculpe. Nós teremos outras maneiras de obter essa informação: basta quebrar o seu sigilo bancário e sigilo fiscal,...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pois faça.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - ... e nós vamos obter as participações que o senhor tem e os seus investimentos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Todo mundo...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, isso é uma informação que pode tornar-se de poder desta Comissão. Eu não estou perguntando sobre seus processos, as razões das suas contendas, o conteúdo se é verdadeiro ou não da denúncia que possa existir criminal de utilização indevida de qualquer coisa. Estou perguntando se o senhor é sócio, qual é a sua relação na fábrica. O senhor é sócio...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu falei, no princípio, que disse, em juízo, que sou sócio da fábrica. O senhor está insistindo nisso aí. Então, eu já disse que sou sócio da fábrica...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. Mas o senhor disse, há pouco,...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor disse, há pouco, que não é sócio de nenhuma empresa. O senhor se contradisse, porque o senhor disse que era sócio da fábrica. Por isso é que estou voltando a perguntar.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De princípio, de princípio eu falei que na fábrica de cigarros eu sou sócio, mas nunca participei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Já disse isso aí.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Veja bem. É uma forma de observação. Nós temos aqui, existe uma responsabilidade desta Comissão que irá fazer uma formulação no seu relatório. As coisas têm que ser ditas de uma forma precisa até para que não cometamos injustiças nem erros. Então, estou pedindo ao senhor que didaticamente esclareça. Não estou condenando, julgando, nem avaliando. Estou pedindo esclarecimento. Portanto, a minha pergunta clara e evidente é a seguinte:...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A única empresa ainda...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Por gentileza, estou formulando a pergunta. A minha pergunta clara e evidente é a seguinte: o senhor disse há pouco tempo que era sócio de uma fábrica de cigarros. Agora, respondendo-me, o senhor disse que não é sócio de nenhuma empresa. Então, a minha primeira pergunta: o senhor é ou não é sócio da fábrica de cigarros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Houve um equívoco da minha parte. Eu sou sócio em 50% dessa fábrica. Eu falei para o outro Deputado que não ia relatar o nome do outro sócio. Só isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, o senhor é sócio de 50% da fábrica de cigarros.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual o nome dessa fábrica de cigarros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Rei. Tabacos Rei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Tabacos Rei. A razão social é essa? Tabacos Rei? Tabacos Rei o quê, limitada, sociedade anônima?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tabacos Rei Ltda.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E ela se sedia onde? Qual o Estado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - No Rio de Janeiro.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - No Rio de Janeiro. Qual é a razão pela qual o senhor não pode declinar o nome do sócio que detém 50% se isso é uma coisa pública e está lá na Junta Comercial?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Bom, falei que já está *sub judice*, que estou respondendo na Justiça...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas está *sub judice* a Constituição da cidade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também está. Também está.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quer dizer, então, que nós teremos que oficiar a Junta Comercial para obter e buscar o nome do sócio do senhor na Tabacos Rei Ltda. Seria isso? O senhor não pode formular, não pode declinar o nome do seu sócio da Tabacos Rei.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não vou declinar. Eu não vou declinar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Recusa-se a declinar. Muito bem. Veja bem... Bom, Sr. Presidente, de antemão, eu peço a V.Exa., primeiro ponto, que requeira... Nós iremos apresentar também um outro requerimento, pedindo a quebra dos sigilos fiscal e bancário para que possamos conhecer as reais participações, porque isso não tem nada a ver com a decisão judicial. Perguntaria ao senhor o seguinte: o senhor disse que era dono de uma distribuidora, que o senhor tinha uma capacidade de armazenamento de 11.800 metros cúbicos de combustível. O senhor comprava esse combustível única e exclusivamente da PETROBRAS? Qual era o volume que o senhor movimentava no período que o senhor movimentou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É difícil lembrar mês a mês quanto você lembra...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. Em ordem de grandeza. Não há necessidade...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acredito que...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não vou lhe confrontar com nenhuma outra informação para dizer que o senhor está faltando com a verdade.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acredito que botava aí, mais ou menos, uns 50 milhões de litros.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor movimentava, era a média que o senhor movimentava. O senhor comprava única e exclusivamente da PETROBRAS?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu entendo que é só a PETROBRAS que vende. Não tem outra pessoa que vende.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. Eu entendo que existe o Manguinhos, Ipiranga, Importação de Combustíveis, existe uma série de outras formas de fornecimento.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, mas Manguinhos começou agora. O senhor vê que começou faz 2, 3 anos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. Ipiranga, Importação. Estou lhe perguntando se o senhor...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A importação também estava proibida. Não tinha importação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, tudo bem. A minha pergunta clara é: durante o período em que o senhor operou, única e exclusivamente...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só a PETROBRAS. Só a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Só a PETROBRAS? O senhor tinha contrato com a PETROBRAS?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso é que faz uma cota todo mês e essa cota você pode diminuir 10% ou aumentar 5% mensalmente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas essa cota era efetivada por instrumento contratual?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É por contrato.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor tinha crédito na PETROBRAS?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha crédito por carta de fiança bancária.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Esse crédito era ... Que prazo o senhor tinha lá?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Renovava a carta de fiança bancária cada vez que vencia.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas pelo montante de um mês? Qual era o prazo de pagamento que o senhor tinha lá, normalmente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Oito dias.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Oito meses?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Oito dias.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Oito dias.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pelo volume que o senhor embarcasse nesse período?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor tirava da PETROBRAS através de liminares?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também. Eu tinha liminar. Todos tinham, e tinha que ter também, senão...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor tinha liminar de quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De ICMS.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - De ICMS?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só de ICMS.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - De CIDE o senhor nunca teve?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Nunca tive.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual o volume que o senhor tirou por liminar ou qual o volume que o senhor tirou sem liminar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não consigo. Não consigo lembrar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Esqueceu totalmente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não dá para lembrar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não dá para lembrar. E por quanto tempo o senhor operou por liminares?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Durante aí uns 8 meses, mais ou menos, 9 meses.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Que período, mais ou menos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nessa época eu estava em Seattle, inclusive. Estava fazendo transplante. Foi em 96, 97.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Somente nesse período o senhor operou por liminares?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só nesse período.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nesse período agora mais recente o senhor não operou por liminares?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quem eram os seus clientes fora os seus postos? Quem o senhor comercializava?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Centenas. Não consigo lembrar. Posso fornecer uma relação para o senhor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor fornecia para outras distribuidoras?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Outras distribuidoras, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Somente para postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só para postos de gasolina.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Só para postos. No varejo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Algum momento o senhor comercializou solvente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nunca.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nunca comercializou solvente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nunca. Tanto é que eu disse aí, agora, há pouco, que se houver uma autuação da ANP contra a Petroforte...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A ANP. O senhor para poder obter esse volume, o senhor teve alguma liminar de volume contra a ANP?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A liminar é contra a ANP, né?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. O senhor disse que tinha liminar de ICMS.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De ICMS.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu lhe pergunto se tinha liminar de volume contra a ANP.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não. Liminar contra a ANP, não. Nunca. Nunca.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Alguma outra liminar que o senhor tivesse para não cumprimento de alguma portaria da ANP?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não. Só de ICMS.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu volto a perguntar: o senhor não se recorda dessa ação da 20ª Vara do Distrito Federal de 3 de dezembro de 2001?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem. Pode até ser. Eu não consigo me lembrar neste momento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O.k., Sr. Presidente. Por um momento eu paro e eu me reinscrevo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Uma pergunta ao nobre Deputado Eduardo Cunha. O senhor fez um requerimento verbal da quebra do sigilo fiscal. O senhor quer transformar essa reunião, neste exato momento, numa reunião ordinária para deliberarmos ou não?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Poderíamos transformar desde que seja com pauta única deste tema e se houver concordância dos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero submeter à votação. Os Srs. Deputados que concordam que transformemos esta reunião em deliberativa com requerimento verbal do Deputado Eduardo Cunha da quebra do sigilo fiscal permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Fiscal e bancário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Fiscal e bancário. (*Pausa.*) Está aprovado. Em discussão. Os Srs. Deputados que queiram discutir a quebra de sigilo fiscal e bancário do Sr. Ari Natalino da Silva...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma suplementação. Acho que a quebra deve se estender ao Sr. Ari Natalino e às empresas declaradas por ele como empresas de negociações. Eu pediria que esse requerimento fosse editado, além da pessoa física dele, dos demais que são sócios das companhias, as empresas Petroforte, Max Gás e Tabacos Rei. De todos os sócios. Sr. Presidente, em sessão deliberativa não há interferência do advogado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não há interferência. Nós estamos em outra sessão, nobre Deputado.

O SR. ROBERTO PODVAL - Ele só está espontaneamente abrindo — o que talvez facilite para a Comissão — mão do sigilo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas isso é irrelevante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso é irrelevante para nós. Repita, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O requerimento é de quebra de sigilo bancário e fiscal do Sr. Ari Natalino, de todos os sócios das empresas Petroforte, Max Gás, Tabacos Rei Ltda. e todos os sócios dessas empresas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um adendo ao requerimento do sigilo fiscal, bancário e sigilo telefônico também.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, aí, a não ser se seja aditiva, eu acho que é inócua, porque não haverá tempo de chegar. Eu acho que ficaria no bancário e fiscal, senão não vai haver cunho prático. Ficaria no bancário e fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - É. Nobre Deputado Rogério Silva...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu gostaria de reiterar. Eu não coloquei esposas e filhos, porque ele declarou que são sócios, mas se por ventura não forem está extensivo a esposas e filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Os Deputados que concordam com o requerimento do nobre Deputado Eduardo Cunha permaneçam com se acham. *(Pausa.)* Está aprovado. *(Pausa.)* Reaberta a audiência com o Sr. Ari Natalino da Silva. Quero informar que nós vamos suspender por 5 minutos, porque já está havendo outra votação.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ainda não retornou o nobre Deputado Rogério Silva. Então, Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, antes de iniciar o questionamento ao Deputado, de informar a esta CPI que estive hoje na Secretaria de Fazenda de São Paulo, conforme determinação da



Comissão, em reunião com o Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, e estarei protocolando, nos próximos minutos, na Mesa da CPI, devidamente, os documentos trazidos, que revelam um volume de irregularidades maior do que esta CPI imaginava, com certeza. Poderemos, na reunião de amanhã, questionar os depoentes sobre essas questões. Então, estarei protocolando formalmente na Mesa da CPI, na sala da CPI, para que todos possam ser analisados pelos membros. Eu gostaria, neste depoimento, de fazer algumas questões ao Sr. Ari Natalino. Primeira: se ele conhece o Sr. Humberto Duarte da Costa.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Não. Consta, num documento por mim recebido, que o senhor teria adquirido, por 600 mil reais, um posto de combustível, no Município, o Auto Posto Hobby, distribuidor da marca Petroforte, de Santo André. Teria dado 200 mil de entrada, assumido o compromisso de pagar 29 mil mensais. Houve um processo, como o senhor não pagou, o ex-proprietário do estabelecimento, David Malospirito, entrou na Justiça contra o Sr. Humberto Duarte da Costa. A coisa que eu deveria colocar é que provavelmente o senhor não deve mesmo conhecer o Sr. Humberto Costa, que consta ter falecido alguns anos antes de o senhor nascer, exatamente em 1944, e que os documentos do Sr. Humberto Costa teriam sido utilizados pelo Sr. Heleno Duarte da Costa para fazer vários negócios em parceria ou em nome do Sr. Ari Natalino. O senhor confirma essa...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Deputado, essa pergunta eu já respondi na CPI passada e eu me reservo o direito de não responder agora.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Isso é objeto de algum processo judicial atualmente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Infelizmente, Sr. Presidente, nesta circunstância, a CPI enfrenta algumas dificuldades, mas eu vou continuar fazendo as outras questões. Bom, a outra questão que eu gostaria de colocar é sobre a questão da indústria Tabacos Rei, de que o senhor disse que é sócio de 50%. Eu tenho informação de que a indústria Rei foi criada em associação com a empresa, pelo Sr. Moacir Pedro Pinto Alves, Haulover Enterprise Limited, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, e Richley International S/A, com sede no Uruguai. O senhor confirma?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Como também isso aí está sendo discutido na Justiça, eu me reservo o direito de não responder.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Muito bem. Eu gostaria de — como é uma lista muito grande — saber se o senhor confirma a sua participação em algumas empresas, que eu vou ler os nomes: Mac Fênix Lanches Ltda. — essa já está prescrita; Auto Posto Petro Anhanguera Ltda.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Auto Posto Petro Anhanguera Ltda. é meu o posto.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - É do senhor. Auto Posto Lux Ltda.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem. Agora há pouco eu respondi. Os imóveis que eram dos postos ficaram para mim, mas os postos, eu não tenho nenhum posto mais. Nenhum posto sequer eu tenho mais.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O senhor é proprietário dos imóveis onde estão operando esses postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É. Alguns imóveis eu sou proprietário. Os postos eu não tenho mais. Não existem mais.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Muito bem. O senhor, durante o período em que o senhor esteve à frente dos negócios realizados pela empresa Petroforte, a cota que o senhor tinha de 50 milhões de litros, que o senhor disse que movimentava em média mensal, foi autorizada burocraticamente pela ANP? O senhor solicitou à ANP e teve autorização para adquirir?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Porque na época se pedia uma cota e todo mês essa cota era aumentada ou era diminuída. Ela era aumentada em 10%, ou era cortada em 5%. Então, a nossa cota foi aumentando com os anos e chegou a vender esse volume aí.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O senhor não teve que lançar mão do expediente judicial para conseguir essas cotas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Muito bem. O senhor teve alguma transação comercial com a Apolo Brasil Petróleo? Apolo Petróleo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Apolo...

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Apolo.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Apolo, não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu tive com a Pollus Petróleo.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sim. Essa é outra questão.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Com a empresa Lubitec Lubrificantes?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Com a empresa Everest Indústria Química?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O senhor utilizou serviços de transportes da empresa Transtito?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Também não. Bom, eram essas as questões, Sr. Presidente. Diante das informações registradas e colocadas pelo depoente e da impossibilidade de obter informações mais consistentes sobre as questões que estão em juízo, como a vida do Sr. Ari Natalino me parece estar em juízo, com volume grande de processos, acredito que na prática inviabiliza um questionamento mais eficiente. Mas eu gostaria de fazer duas últimas perguntas. O senhor, durante o período que comercializou mediante liminar questionando tributos, o tributo que o senhor questionava era o ICMS.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - ICMS.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O ICMS só pode ser questionado em operações interestaduais. Então, para que Estados o senhor comprava?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. A liminar era estadual.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Para comercializar no próprio Estado de São Paulo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - No Estado de São Paulo. É.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Bom, eu acredito que no próprio Estado era... O que o senhor questionava, então, era a substituição tributária?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Substituição tributária.



O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Não era diferença de alíquota de ICMS?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O senhor questionava a substituição tributária no próprio Estado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu questionava o ICMS no próprio Estado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Pois é. Mas qual era o objeto da ação que levava a buscar liminar? O que o senhor questionava para conseguir comprar sem o ICMS? Questionava a incidência do ICMS ou o senhor questionava o fato de o ICMS ser cobrado por exemplo pela PETROBRAS?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Não. Eu questionava que nós... Vou dar um exemplo: hoje, você compra a gasolina a 2 reais o litro, por exemplo, e se adiciona 25% de álcool, você venderia a gasolina bem abaixo do que você está comprando da PETROBRAS. É essa a diferença que nós questionávamos.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O senhor questionava, então, a incidência sobre o álcool adicionado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sobre a gasolina A e a gasolina C.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A diferença. Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - E o senhor vendia, o senhor realizava operações interestaduais também? Transferência...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Fazia transferência, mas na transferência não tinha... Quando você comprava da PETROBRAS você já vinha com a diferença. Porque quando você transferia para o Centro-Oeste, por exemplo, você transferia da REPLAN. Então, o nosso negócio era só no Centro-Oeste.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Em função dessa questão eu gostaria de perguntar o seguinte: quando o senhor deixou de operar por liminar, foi por cassação da liminar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Cassação da liminar.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - E houve o pagamento, houve o julgamento, transitou em julgado a ação?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ainda não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Não houve?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Então, o senhor ainda tem hoje uma pendência também em relação a isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tenho. Tenho pendência.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O senhor tem idéia do valor relativo ao ICMS desses...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Se nós juntarmos, o crédito que nós temos é maior do que nós devemos para a Receita.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, eu me considero satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Ari Natalino, existem algumas histórias que a gente — acho que o senhor falou 47 anos, o senhor tem 48, não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quarenta e sete.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - ... quarenta e sete —, que a gente escuta sobre o crescimento, sobre a queda de um grupo, de uma pessoa, sobre o heroísmo de crescimento, sobre aquelas pessoas que crescem na vida cometendo algum tipo de crime, algum tipo de atividade ilícita. Eu queria até entender um pouco essa história, porque pela história que o senhor contou, um homem que começou sua vida lá atrás, trabalhando, com 18 anos já tinha uma empresa com 50 funcionários, de repente já chegou a ter uma distribuidora, 300 postos, helicóptero, jato, enfim. Nesse percurso da sua vida, que você teve esse grande sucesso empresarial, foi específica e exclusivamente moldando as duas coisas, trabalho e visão, *feeling* de mercado, ou você teve algum tipo de proteção, algum tipo de atitude, de ação, de grupos que te encaminharam para que você formasse esse império que o senhor tem hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acho que eu entrei na hora certa, nos negócios certos e foi assim que foi... Você tem que ter um pouco de sorte também



nos negócios. E foi isso que fez com que a gente realmente crescesse o negócio no grupo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em que momento da sua vida essa sorte apareceu, que você teve a visão de ter esse negócio e ser o primeiro distribuidor no Brasil? Como é que foi esse momento? O senhor teve um momento de ter visto a decisão política, antecipando esses atos de Governo? Como é que foi para você ter essa informação, aparecer na sua vida esse filão para que você chegasse a esse ponto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É o que eu falo para o senhor. Quando o setor foi aberto para montar as distribuidoras de combustível, realmente o momento que eu ganhei mais dinheiro foi realmente na distribuição de combustível. Então, quer dizer que quando você pega, você é o primeiro a entrar no mercado, ou no mercado com as multinacionais, todos os operadores de posto tinham contratos leoninos e nós fazíamos a diferença. Então, foi a época que eu tive realmente para ganhar dinheiro.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E nesse período o senhor deve ter trabalhado muito, né?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu sempre trabalhei 24 horas por dia praticamente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu até vi algumas reportagens, alguns jornais da Capital, aliás, de São Paulo, aonde recentemente o senhor esteve hospitalizado. Como é que está a saúde do senhor hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu saí do hospital faz praticamente 40 dias. Eu tive na UTI. Na UTI, eu morri e nasci de novo. Eu fiz um transplante de medula óssea e esse transplante de medula óssea fez com que eu ficasse internado no hospital já 890 dias. Então, eu tenho muita rejeição. E toda vez que eu saí do hospital, em vez de eu ir para minha casa, eu ia para o escritório trabalhar. Então, eu acho que uma pessoa que trabalha como eu trabalhei, eu acho que realmente consegue ter sucesso nos negócios; é trabalhando bastante, mesmo doente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu tenho uma notícia de que o senhor, quando estava trabalhando — notícia não, eu acho que em alguma roda de amigos, conversando sobre o seu sucesso no mercado, sobre o crescimento que



—, lá atrás, quando você estava começando, ou antes de começar, ou no meio quando estava com os postos de gasolina, o senhor fez uma compra de uma usina de álcool no Estado de São Paulo. Como era o nome dessa empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sobar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sobar. Qual cidade que ela ficou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Espírito Santo do Turvo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em São Paulo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É, em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em São Paulo. Ela tinha capacidade de produção de álcool/ano quanto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Um milhão de tonelada de cana.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ela moía 1 milhão de tonelada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ela hoje está funcionando ainda?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Funciona na mão do Banco Rural, porque diante de todas essas notícias, é onde eu tinha bastante freqüência de operação com banco, o banco cortou todas as operações minhas e pegou a usina para ele.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, hoje essa usina é do Banco Rural?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É. O banco pegou. Eu tinha um débito no Banco Rural, não consegui liquidar e o banco pegou essa usina para ele.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor se recorda de quem o senhor comprou essa usina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Do Sr. Gui Herts.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Na oportunidade que o senhor comprou essa usina, o senhor teve dificuldades em pagar para o proprietário que o senhor comprou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Não tive dificuldade, porque quando nós compramos essa usina tinha bastante débito. E nós demos o que ele pediu de entrada e o resto era para nós irmos liquidando nos débitos que tinha a usina. É como foi feito isso aí. Dívidas trabalhistas, dívida de INSS, dívida de ICMS, um monte de dívida que tinha.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ela tinha só a usina ou tinha terras...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, essa usina, o problema dela é que realmente ela nunca teve terra. Tinha que comprar de terceiros.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Falaram-me também, nessa roda de amigos que a gente estava conversando, que o senhor comprou uma outra usina também no Estado São Paulo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não comprei. Nós arrendamos uma usina em Ribeirão Preto para tocar uma safra. Conseguimos tocar 33 dias só. Tinha muito débito, muito problema. Não deu para tocar mais. Então, foi arrendada essa usina. Compramos essa Sobar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Aí é que vem a minha curiosidade nesse sentido. O senhor comprou a primeira usina. Tocou ela por quanto tempo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Toquei até o ano passado, a safra passada.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Até o Banco Rural lhe tomar a usina.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E ela com essa produção de 1 milhão de toneladas de cana vai dar o quê? Noventa milhões de litros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Dá uns 80, 80 e poucos milhões.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Uns 80 milhões.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E esse álcool que o senhor produzia, o senhor vendia na sua distribuidora, nos postos, como que seria essa transação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na primeira safra que nós tivemos em 1999 foi praticamente dos postos que eram nosso mesmo. Depois de 1999 para cá, vendíamos para distribuidora e para quem tivesse interesse em comprar o álcool.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas lá, em 1999, podia pegar o álcool da usina e vender nos postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, nos postos não. Vendíamos para a distribuidora. Nunca pôde e nem hoje pode. Hoje só pode vender para a distribuidora e a distribuidora vender para o posto.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, o senhor está corrigindo o que o senhor falou há pouco tempo, que vendia o álcool nos postos. Então, o senhor vendia para a distribuidora...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, vinha para a distribuidora nossa e da distribuidora ia para os postos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E aí o senhor fazia na distribuidora a mistura do álcool anidro...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O álcool anidro sempre teve mistura na gasolina.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Exato. O senhor fazia o álcool hidratado lá...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De anidro.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Na usina, o senhor fazia o álcool hidratado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Os 2 álcoois.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Qual era o percentual um com o outro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O álcool hidratado você faz aí 60%, 70%, e o anidro você faz menos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Aqui na CPI recentemente, Sr. Ari, teve um delegado da Polícia Federal que chegou até a ser preso por ter tido uma escuta no telefone dele falando supostamente com um advogado seu ou da sua esposa e aqui ele falando, eu fiz algumas perguntas e ele afirmou que no Espírito Santo o senhor teria umas usinas de álcool e açúcar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Espírito Santo do Turvo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não, ele falou no Estado do Espírito Santo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não. Cidade do Espírito Santo do Turvo. Cidade lá de Bauru.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Esse delegado, porventura, esteve nessa usina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não sei o nome do delegado.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu não me lembro o nome desse delegado. Mas o senhor não lembra o nome desse delegado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não sei. Tem o delegado da cidade. Não saio de dentro da usina.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Quer dizer que o Banco Real pegou a usina do senhor. Qual o valor que era essa dívida? O senhor pode falar aproximadamente, não precisa ser exato.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Setenta milhões.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor também tinha um jato que o Banco Rural pegou esse jato.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também vendido para o Banco Rural. Quando começou toda essa conversa de produto adulterado, roubo de carga, é difícil uma pessoa começar a entrar no seu posto com sua bandeira dizendo que ali tem produto adulterado, tem carga roubada. Aí o negócio começou a ficar ruim e não deu para saldar os compromissos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu concordo com você. Eu acho que em qualquer outro país, um homem do seu porte, do seu crescimento seria um homem admirado pela sociedade, pela população, seria exemplo para a juventude, para poder crescer e desenvolver na vida. E aqui no Brasil, tratado da maneira que o senhor está dizendo, não é verdade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Que é real, dentro do contexto de que a sua história é uma história verdadeira, de que o senhor trabalhou realmente as 24 horas, que esteve à frente com uma idéia melhor que os outros, melhor que os concorrentes. Mas existem algumas coisas, Sr. Ari, que a gente tem — e é isso que esta CPI quer fazer — de mudar. Nós sabemos aqui de participação de policiais, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, de fiscais federais, de fiscais estaduais, de fiscais municipais. Algum dia, nessa trajetória do senhor, o senhor chegou a ter essa equipe de proteção no meio fiscal para que o senhor pudesse ter um pouco mais de liberdade? E quando o senhor cresceu o senhor não conseguiu ter essa proteção, por isso a perseguição?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acho que realmente eu não tive essa liberdade, porque eu nunca paguei nada para ninguém.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor falou aqui que a Petroforte está há 2 anos sem atividade. O senhor falou também, aliás, o senhor falou, não, teve um noticiário dizendo que foi requerida a falência da Petroforte. Foi requerido?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi requerido, mas nós levantamos isso aí e não foi decretada a falência.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Esse requerimento de falência foi por quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O que aconteceu? Essa usina que nós arrendamos, em Ribeirão Preto, perto de Ribeirão Preto, não foi bem Ribeirão Preto, nós funcionamos essa usina 33 dias. E aí, o que aconteceu? Nós fizemos um investimento nessa usina para reformar a usina, porque a usina estava parada, para pagar os funcionários, porque a safra estava começando em junho e desde junho esses funcionários não recebiam salário. Nós fomos lá, pagamos o salário, pagamos a reforma da usina todinha. Quando se foi começar a reforma da usina, até então, não tinha problema nenhum. Se estava reformando a usina, se estava investindo na usina, não tinha nenhum problema. Quando a usina começou a virar, começou a funcionar, aí vinha um, que levava um caminhão, outro levava o açúcar, outro levava o álcool. Então nós conseguimos operar essa usina 33 dias. Quando nós faturamos esse álcool, nós faturamos para a Petroforte. Aí essa pessoa... nós paramos, em 33 dias, nós paramos de funcionar a usina. Entrou uma outra pessoa. A pessoa que vendeu a usina para nós, que vendeu, não, que arrendou a usina para nós, entrou lá e o que ele fez? Emitiu uma triplicata e colocou em Ribeirão Preto para protestar, que não era a cidade de origem do protesto. Foi protestado lá e foi pedido a falência por Ribeirão Preto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E essa usina hoje está em operação ou está parada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Está em operação na mão das pessoas que nos arrendou na época.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Os proprietários que te arrendou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor tem base da Petroforte, patrimônio em São Paulo, alguns postos que são só os terrenos. No Mato Grosso, o senhor tem alguma propriedade lá?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, no Mato Grosso não tenho. Só tem uma base que nós compramos da Pollus Distribuidora, mas até hoje não temos escritura, porque a Pollus está em concordata, então não há escritura. Nós operamos essa base uma época, em Cuiabá.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Vocês operaram nessa base lá em Cuiabá? O senhor lembra a data em que operaram?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nós operamos acho que em 90 e... não me lembro. Acho que operamos um ano e pouco mais ou menos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O que o senhor diria para esta CPI, depois de ter declarado que faz 2 anos que a Petroforte não opera — e se alguém, onde o senhor operou, onde o senhor tem uma base, ou um terreno ou tem uma logomarca ou um logotipo da Petroforte, e que essa base que operou no ano passado ainda circula nota fiscal da Petroforte —, o que o senhor diria sobre isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acho muito estranho. Porque não é para circular nota da Petroforte, porque, quando nós paramos de operar, ninguém pegou nota. Eu acredito o seguinte... que tem muitas... Eu já vi, na época quando a gente estava operando, que tem pessoas que emitem duplicata, nota fiscal, vai a qualquer gráfica aí, faz uma cópia da nota fiscal e começa a operar no mercado. Como a Petroforte parou de operar, talvez tenha acontecido isso aí, mas a Petroforte jamais emitiu nota.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então vamos falar dessa base que o senhor comprou de qual empresa mesmo lá em Cuiabá?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Da Pollus.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor comprou essa base da Pollus.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Só que o senhor não recebeu, porque ela estava...



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, nós recebemos. Nós não passamos a escritura dela, porque a Pollus está em concordata até hoje.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, a escritura está em nome da Pollus.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Está em nome da Pollus.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor tem um contrato.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tenho um contrato de arrendamento e cessão de espaço.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - De arrendamento e cessão de espaço.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De uns 8 meses para cá nós alugamos essa base para uma outra distribuidora que tem lá, para um rapaz tem uma distribuidora lá em Cuiabá.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor lembra o nome dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Giovani.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Giovani?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Como é o nome da distribuidora dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu nem sei se ele tem distribuidora, viu. Ele transfere o produto aqui de Paulínea para lá, para essa base, diretamente para vender nos postos dele. Pode fazer isso aí. Ele já fazia isso, só que ele não tinha lugar para armazenar. Eu acho que ele não tem base.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu vou falar um nome aqui, eu vou falar e possivelmente os parceiros vão rir um pouquinho. Então, eu queria que o senhor confirmasse se é essa empresa ou não.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Como?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - A Mágica.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É isso aí, Mágica.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - É esse mesmo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O nome do contrato que nós fizemos foi com a Mágica.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Com a Mágica.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas ela não é distribuidora.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ela não é. Ela é uma comercial.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ela não tem registro da ANP, ela não tem.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E usa sua nota fiscal.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Aí então, isso aí, para você ver, é uma coisa que inclusive desde que ele alugou lá eu fui preso, fiquei 190 dias preso, nunca mais ele pagou aluguel para nós. Inclusive até telefonei para ele, marquei uma reunião com ele para conversar com ele para tentar receber os aluguéis que ele não está pagando para nós.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E ele não vai pagar, porque ele esta semana trocou de endereço, deixou sua base. Ele trocou de endereço, foi feita uma fiscalização. Eu queria registrar aqui, Sr. Presidente, que no Estado de Mato Grosso existe uma delegada tributária, juntamente com a Fazenda Estadual, fazendo um trabalho em todas as distribuidoras. Já foram cancelados 32 CNPJ no Estado de Mato Grosso. E essa equipe fez uma visita recente a essa Mágica, que estava operando com a nota fiscal da Petroforte, algumas notas fiscais, não posso afirmar que são todas. E o nome dessa empresa, gostaria que o senhor confirmasse a razão social dela Vieira Vargas, Comércio e Derivados.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Essa eu não conheço. Não conheço essa aí.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Essa o senhor não conhece. Essa é a razão social da Mágica.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu lembro que o advogado que fez o contrato lá era Mágica, a razão social eu não lembro.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu queria que constasse essa questão aqui, porque eu acredito até, eu não quero nem dizer que a atuação dessa empresa lá, é uma empresa arrojada no mercado. Ela tem uma rede de postos de gasolina, faz mágica mesmo no Estado de Mato Grosso, nem quero dizer se ela está errada ou não. Agora, o que eu achei estranho é o senhor dizer que há 2 anos a Petroforte está fora do mercado, e nós constatamos essa empresa usando nota fiscal da Petroforte. Não é verdade?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É uma coisa que eu tenho que tomar providência.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, eu queria depois passar às mãos do nosso Relator para constar no seu relatório essa empresa, e que nós pudéssemos também requerer informações tanto da Petroforte sobre o contrato que tem com essa empresa Mágica, tanto quanto a movimentação dessa Mágica lá, se existe alguma correlação entre a Mágica, o que ela está operando hoje, e a Petroforte. O senhor alega que hoje, neste momento, não existe nenhuma?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, nunca teve.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - A não ser o arrendamento da base?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só o arrendamento da base. Inclusive ele pediu para nós que passasse para ele, nós não podemos passar, porque a base não é nossa. Nós também temos a cessão de espaço da Pollus. Quer dizer, nós não teríamos condições de passar para ele, para ele tirar um registro dentro daquela base, porque ninguém consegue tirar um registro lá. Só a Petroforte poderia operar lá dentro. Talvez ele tenha mandado fazer algum talão de nota e está rodando com algum talão de nota da Petroforte lá. Eu vou verificar isso aí. É que faz 40 dias que eu saí do hospital e aconteceu muita coisa. E eu estou tentando corrigir tudo isso que aconteceu agora. Eu não sei, lá em Mato Grosso, o que está acontecendo lá.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Para ter uma idéia, aqui eu tenho informação, eu quero só confirmar o CNPJ da Petroforte: 96288881/0011/39?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não consigo me lembrar de cabeça, não consigo lembrar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - A pergunta que eu estou fazendo é porque a nota fiscal estava com este CNPJ.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Estava o quê?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Permita-me um aparte nobre Deputado Rogério Silva. Eu até li o número do CNPJ, porque eu tenho a relação da ANP com o número de CNPJ na minha pergunta 96288881/0001-67.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Barra 0011-39.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. Aqui é 0001-67. Provavelmente deve ser filial. Deve ser filial e aí o dígito da filial.



O SR. ROBERTO PODVAL - Pela ordem. Se o nobre Deputado puder só repetir o número para nós tomarmos nota, por gentileza.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O CGC que consta aqui da ANP é 96288881/0001-67.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Está o.k., Sr. Presidente. Estou satisfeito.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Presidente, só uma questão de ordem. Nós estamos aqui nesse trabalho, mas com as limitações tão claras e tão definidas, que eu tinha preparado um roteiro de perguntas e terminei na minha primeira fase não querendo fazer a segunda, porque acho que as limitações impostas pelo *habeas corpus* concedido ao nosso depoente... Vou reiterar o pedido de que V.Exa. recorra dessa decisão. Mas eu gostaria também que V.Exa. perguntasse ao Dr. Ari se ele teria interesse, em algum momento, de colaborar como testemunha de algum processo que possa nos ajudar na elucidação de várias denúncias que esta CPI tem. Se ele teria alguma intenção de colaborar, isso para efeito de trabalho junto ao Ministério Público e outras instâncias mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Sr. Ari, poderia...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, há votação nominal agora. Está havendo na extraordinária. Eu pediria que nós suspendêssemos por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu só queria fazer minhas as palavras da nobre Deputada Rose. Eu queria saber se o nobre depoente gostaria de auxiliar em qualquer processo tanto no Ministério Público quanto na Secretaria Especial dos Direitos Humanos. E queria saber qual seria a posição do nobre depoente em não ajudar nesses processos internos, porque a gente sabe que estamos lidando com uma máfia violenta neste País, uma máfia que hoje nós temos só indício de sonegação de mais de 10 bilhões neste País. E esta CPI tem também o indício de mais de 30 mortes e com a morte de um procurador em Minas Gerais.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu quero responder o seguinte: de princípio, foi dito aí que eu me recusei a ir a 4 CPIs. Para você ter uma idéia, em São Paulo foi início da CPI do Combustível e eu fui convidado 3 vezes pelo



Deputado Chedid a testemunhar e ajudar na CPI. E as 3 vezes eu fui lá colaborar. Não tenho porque não colaborar, se eu puder.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, só mais um questionamento ao Sr. Ari. Essa pergunta, Sr. Ari, eu gostaria de lhe fazer porque existe um comentário de que o senhor é um homem violento, é um homem ignorante, é um homem que já mandou matar algumas pessoas, como alguns concorrentes...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso é loucura, né? Jamais, jamais. Eu acho que uma pessoa até pode ficar nervosa quando alguém deve, quando acontece alguma coisa errada, mas não vamos chegar aos extremos de pegar e ser violento com as pessoas, mandar matar. Se eu tivesse mandado matar eu já estava preso, não estava aqui. Não justifica isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero passar ao próximo, João Caldas. Não. *(Pausa.)* Magalhães não se encontra. Sandro Matos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Ari Natalino, que anteriormente colocou que vem sendo acusado de roubo de carga, mas que na verdade teve algumas cargas furtadas. Eu gostaria de saber se o senhor lembra o período que foram furtadas essas cargas e quais os Municípios que foram furtados.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu juntei cópia do BO na CPI do Roubo de Cargas, de todos os BOs. Eu posso novamente pegar as cópias dos BOs e juntar novamente.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - E remeter aqui para a CPI, por favor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O.k.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - O senhor também colocou que vem sendo perseguido pela Rede Globo, até porque também não faz nenhum tipo de propaganda na mesma. E, recentemente, cerca de 30, 40 dias, não lembro muito bem, foi veiculada uma fita gravada. Essa fita vinha dizendo, constava no conteúdo dessa fita que o senhor estaria conversando com o filho do então Deputado Pedro Corrêa, Presidente do PL. Eu gostaria de saber se realmente essa fita — do PP, desculpa, do PP — é verídica.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem. Conheço o Deputado Pedro Corrêa. Ele é uma pessoa que já me ajudou na ANP, quando ajudou — foi na época do Júlio Colombi, minha base estava lacrada, eu tinha 5 mil funcionários parados, por motivo dessa “lacração” —, ele só pediu que acelerasse a documentação para mim. Isso aconteceu. Conheci Pedro Corrêa. E também eu queria montar uma refinaria em Recife, fui para os Estados Unidos, vi uma minirrefinaria para montar lá em Suape, ele me apresentou para o Governador de Suape. Então, o Pedro Corrêa simplesmente é amigo meu. Agora, quanto a essa gravação que estão dizendo, e que está controverso, aí é o seguinte: Fábio Corrêa, que é o filho dele, sempre teve vontade de trabalhar junto comigo. Então, eu ofereci para ele que venderia uma parte de uma empresa nossa para ele trabalhar junto com nós. E aí foram dizer, na gravação, está dizendo na gravação, mas está tudo errado. Não é nada disso, é que o filho dele ia trabalhar comigo, ele ia ter um pró-labore por mês e perguntou de quanto era, e na fita, com meu filho, eu conversando, era um pró-labore para o filho do Pedro Corrêa e não para o Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sim, mas o senhor reconhece que a fita é verídica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A fita é. Se foi gravada e tem a voz lá e foi falado, é verídica.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Está o.k. Muito obrigado. Sem mais, Sr. Presidente, até porque os outros colegas já tinham colocado as minhas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gostaria, nobre Deputado Paulo Rubem Santiago?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Ari, o senhor já se dispôs a trazer à CPI as informações dos processos, as informações eventualmente de outras empresas, e também, atendendo à decisão da CPI frente ao que foi proposto pelo Deputado Eduardo Cunha, nós teremos acesso às informações de natureza bancária e financeira e também às informações de natureza fiscal. O senhor, no início, logo na primeira pergunta da Deputada Rose, o senhor fez referência a perseguições. Nesse ramo onde o senhor atua, e num curto espaço de tempo, o senhor conseguiu chegar a essa rede de postos e a ter a empresa



Petroforte. O senhor acredita que outras empresas do ramo agiram de forma organizada para dificultar o crescimento da sua empresa? O senhor poderia dizer isso? O senhor sentiu isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acho que não é trabalhar de forma organizada. Eu acho que toda vez que veicula numa Rede Globo ou outras televisões de grande porte dizendo que você rouba carga, que você mistura solvente na gasolina e que faz tantas outras coisas, mistura água no álcool, e tudo o mais, eu acho que realmente é uma conspiração que... Agora, quem fez eu não sei, que fizeram, fizeram, senão não estaria veiculado a toda hora na Rede Globo e em outras televisões, rádio, jornal, revista.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Com o tamanho que a sua empresa chegou, o senhor diria que na sua área de atuação comercial os clientes que o senhor passou a adquirir, que deram essa rentabilidade e esse crescimento, quais eram as empresas que atuavam e que, digamos assim, perderam clientes para o senhor? As principais empresas. O senhor cresceu, e quem diminuiu no espaço de comércio que o senhor ocupou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A gente virava bandeira de todos os lucradores que estavam descontentes com a distribuidora. Então, isso era a Shell, Esso, PETROBRAS. A única bandeira que nós nunca viramos foi da Texaco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, a Shell, a Esso, a PETROBRAS...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ipiranga.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ipiranga. Com quanto tempo o senhor passou de 15 postos, pelo que foi anotado aqui, para chegar a 300 postos? Em quanto tempo o senhor deu esse pulo em termos de mercado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi de 94 até 97, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - De 1994 a 1997. O senhor, quando começou com 15 postos e o senhor, digamos, não tinha a menor chance de fazer concorrência a uma Shell, a uma Esso...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas veja bem. Quando eu comecei com esses 15 postos eu trabalhava para essas distribuidoras, eu era um operador deles. Entendeu? Eu era operador da Shell, operador da Esso, operador da São Paulo.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, o senhor, com 15 postos, operava para essas empresas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Operava para essas empresas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Daí o senhor resolveu partir para o processo ...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Da distribuição.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - ... da distribuição. Mas com 15 postos, o senhor há de convir que não tinha capital para, digamos assim, no bom sentido, ameaçar a grandeza de uma Shell, de uma Esso, de uma Ipiranga.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas foi o que falei: às vezes não é nem pelos 300 postos, que é uma minoria até perto de uma PETROBRAS, que tem 7 mil, 8 mil postos, uma Ipiranga, Atlantic, que hoje tem 7, 8 mil postos. Falo quando se perde uma bandeira junto à distribuidora. Qualquer um que perde uma bandeira é como se tivesse perdido um filho. Então, eles não gostam de perder um posto sequer, por menor que seja.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E quais eram as condições... O senhor sendo menor do que os outros — acho que algum de nós Deputados talvez saíamos desta CPI no mínimo em condições de dar consultoria para esse ramo —, o senhor trabalhava para eles, o senhor tinha 15 postos, o senhor tinha contratos com essas distribuidoras. Então, num dado momento, o senhor deixou de trabalhar para eles, digamos assim, e passou a disputar com eles o mercado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É. Montamos uma base e começamos a disputar no mercado ...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Só com o apurado que o senhor tinha dos postos ou o senhor já tinha renda de outras empresas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Veja bem. Fui vendendo negócios meus com lucro. Então, quando fiquei com 15 postos, eu podia ter 50 postos de gasolina. Tinha 15 postos de gasolina e comecei a montar... Vendemos alguns postos de gasolina grande para colocar na distribuidora, tínhamos crédito em banco, fizemos *leasing* para montar a base e começamos no mercado. Arrumamos carta de fiança para comprar produto na PETROBRAS ...



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem foi que deu carta de fiança para o seu contrato com a PETROBRAS?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Em princípio, foi o Banco Pontual, antes de ele quebrar, e depois o Banco Rural.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - De que valor era essa carta de fiança?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O suficiente para aumentar 30, 40 milhões de litros. Você movimentava 3, 4 vezes uma carta de fiança.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E do Banco Rural, qual era o valor? Do mesmo sentido?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A mesma coisa. Na época a carta de fiança do Banco Rural era de 5 milhões, 6,5 milhões, porque você também tinha que comprar álcool da COOPERSUCAR — você tinha uma carta de fiança para COOPERSUCAR, uma carta de fiança para a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor chegou a ter postos em quantos Estados?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Postos? São Paulo, Grande São Paulo, sul de Minas e Centro-Oeste.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Centro-Oeste.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Centro-Oeste poucos postos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, o senhor conseguiu em, digamos, 5 ou 6 anos, foi isso? Começou em?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De 94 até 2001.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, vamos ser bem objetivos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pode deixar, Presidente. Então, o senhor conseguiu nesse espaço de tempo chegar a essa movimentação: 300 postos aproximadamente. Eram todos postos comprados ou o senhor arrendava de outros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Postos que nós virávamos bandeira.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Só virava bandeira para a distribuição?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quais eram as condições que o senhor dava aos revendedores de postos para cativar o revendedor de posto? Por que o revendedor de posto comprava do senhor e não comprava da BR Distribuidora, por exemplo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi o que eu disse. A BR Distribuidora, como todas as companhias juntas, as 7 Irmãs, elas davam 2 dias de prazo, nós dávamos o limite que a PETROBRAS nos dava e repassávamos para o posto de gasolina.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, o senhor chegou a um ponto de conseguir crescer ...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Dando capital de giro para os postos de gasolina.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Dando capital de giro. E com esse crescimento que o senhor atingiu, o que fez de repente o senhor começar a envolver?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi o que eu disse há pouco. Se assumo a responsabilidade com 5 mil funcionários, se assumo a responsabilidade com frota, com tudo, aí vem a mídia e começa a atacar você de tudo quanto é lado, quem consegue ficar de pé?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor nunca tomou a iniciativa de encaminhar nenhum processo contra algum órgão de comunicação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tem contra a *Veja*, tem contra a *ISTOÉ*, tem contra várias empresas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Há quanto tempo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Bastante tempo e não chega ao fim. É difícil ganhar.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor falou aqui desse problema que houve com a ANP em relação à Petroforte, que pediu ajuda do seu amigo para poder, digamos, resolver esse problema. Em que ano foi isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Há uns 3 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Digamos, no ano 2000.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acho que 99, 2000.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Noventa e nove, 2000. A ANP fez ...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Faltou algum documento e ela foi lá e não só lacrou minha base, como lacrou 20 bases naquela época. Então, tudo por falta de documento. E como nós tínhamos 5 mil funcionários, acho que ele foi bastante coerente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E quanto tempo durou esse processo de litígio com a ANP? Quanto tempo o senhor ficou com esse problema, com a base lacrada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ela fechou numa sexta-feira, nós conseguimos uma liminar, abrimos ela no outro dia; na outra sexta-feira ela fechou. Aí, eu peguei, fomos para a ANP falar com o Júlio Colombi, na época, que era o diretor, lá, e conversamos com ele para resolver o problema, que não podia mais continuar desse jeito, senão nós estaríamos perdidos, porque, uma que nós tínhamos contrato de CVN também com os postos de gasolina. A partir do momento que se passa a não fornecer eles, eles tinham uma cláusula no contrato que ele podia cancelar o contrato e começar a comprar de outro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E nessa história da liminar, que o senhor consegue cassar, eles interdita de novo, o senhor foi lá conversar, quanto tempo durou, mais ou menos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Uma semana.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Uma semana a empresa paralisada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, ficou paralisada de sexta-feira até quarta-feira.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o Deputado ao qual o senhor se referiu, como é que o senhor procurou o Deputado? O senhor já o conhecia, ele tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Paulo Rubem, queria chamar a Deputada Rose de Freitas para assumir a Presidência, enquanto eu vou votar.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não precisa, Deputado. Já fechou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Já fechou? Então, tudo bem. Nobre Deputado, gostaria que V.Exa. concluísse.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vou concluir, Presidente.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu conheci o Deputado através de um amigo meu que conhecia ele; e aí, após, nós tínhamos vontade de montar uma pequena refinaria modular e ele queria levar essa refinaria para Recife. Foi aí que conheci ele.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Quem era esse amigo, que o senhor disse que era amigo comum?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É o Milton; chama Milton.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Milton de quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O sobrenome, eu não lembro o sobrenome dele.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Ele também é do ramo de combustíveis?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não é do ramo de combustíveis; não é.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Não é. E, aí, de que forma se conseguiu fazer o entendimento com a ANP?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. A ANP, o que que ela fez? Ela deu para nós um prazo para arrumar a documentação, nós arrumamos a documentação; o que ele agilizou foi nos documentos. Só. Mais nada. Só nos documentos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Durante uma semana não foi. Foi só um contratempo e voltou a operar normal.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – E, aí, depois vieram todos os outros problemas relacionados às outras matérias, às outras CPIs. O senhor atribui isso a quê? Repentinamente, o senhor está sendo chamado em relação a transportes, em relação a cigarros, em relação a ...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Na CPI do Narcotráfico, por exemplo, 2 Deputados falaram que viram pó dentro do avião. Eu sou Ari; eles são



Deputados. Entendeu? Então, a mídia pegou forte durante um mês, dizendo que eu mexia com tráfico de drogas, que eu fazia isso e isso, mesmo após a perícia, você levar no jornal que não é verdade, já foi, já passou.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Uma última pergunta: em algum momento, a empresa, a indústria Tabacos Rei, ela foi citada ou responde a alguma denúncia por falsificação de selo de cigarro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não estou na administração de lá, da fábrica de cigarro. Inclusive, esses dias realmente eu perguntei às pessoas se tinha alguma coisa, que eu estou pedindo lá uma auditoria, para ver tudo o que está acontecendo dentro da fábrica, porque ficou fechada, vocês viram na televisão que fecharam ela. Ele disse que não tem selo falso, não tem nada, a pessoa que está administrando lá. Então, nós estamos levantando isso aí. Eu não sei de selo falso; desconheço selo falso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Mas o senhor tomou conhecimento de que houve uma ação em cima dessa questão dos selos, uma ação da Receita Federal, Polícia Federal. Chegou ao seu conhecimento? O senhor tem metade do capital da empresa.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Então, chegou ao meu conhecimento. Tanto é que nós pedimos uma auditoria na fábrica, para saber o que está acontecendo, junto à Receita, o que deve para a Receita, se deve imposto, se não deve imposto; é isso que a gente está pedindo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Quem é o responsável comercialmente, quem é o gerente, quem tocava a empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É o que eu falei. Isso eu estou me reservando a falar o nome das pessoas, porque está se discutindo judicialmente, inclusive a participação...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – E além do sócio que tem a outra parte do capital, há também essas outras pessoas que o senhor prefere não declinar o nome.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente. Até a gente levantar tudo o que está acontecendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado José Carlos Araújo. Quero informar que o nobre Deputado Paulo Rubem falou mais de 30 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, tenho certeza de que não foi porque o Deputado Paulo Rubem é do seu partido. Tenho certeza absoluta disso. É porque o Deputado Paulo Rubem tinha muito o que perguntar e, por isso, ele teve os 30 minutos. Sr. Presidente, eu queria fazer algumas perguntas aqui. Sr. Ari Natalino, o senhor já ouviu falar da Conexão Atibaia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu soube da Conexão Atibaia foi exatamente na época quando meu avião caiu que aconteceu isso aí. Foi jogado tudo em cima de mim, dizendo que meu avião ia para Cuiabá, Atibaia, Pindamonhangaba, com droga dentro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso, isso. Bom, essa Conexão Atibaia, fala-se em cargas roubadas, drogas. O senhor nunca mexeu com drogas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não suporto droga.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, não estou falando se o senhor é usuário.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não gosto, não mexo, nunca mexi, jamais mexerei com droga.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A gente sabe, vê nos jornais, vê as coisas, que muita gente não toma, não mexe, não é viciado e tal, mas como é serviço e tal pode acontecer. O fato de o senhor não gostar não quer dizer que não possa mexer. Eu estou perguntando se o senhor não mexe com droga.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não mexo com drogas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não mexe com drogas. Muito bem. Eu tenho notícias de que o senhor tem inúmeros processos na ANP. E o senhor disse aqui, há pouco tempo atrás, que não tem nenhum processo na ANP.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Contra Petroforte não há nenhum processo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E tem contra quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O senhor está falando que tem.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não. Eu estou perguntando. O senhor disse que não tem contra a Petroforte. Tem contra o senhor, tem contra os seus postos, alguma coisa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pode ser que contra posto de gasolina pode ser que tenha alguma coisa, documentação, pode ser. Mas não de adulteração de combustível.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu tenho notícia de que o senhor faz parte, ou fez parte, ou tem negócios com cerca de umas 200 empresas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando fala 200 empresas é que eles falam 200 postos de gasolina. Então, eles dizem que cada posto de gasolina é uma empresa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, o senhor é sócio de 200 postos de gasolina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não é 200. Eu acabei de falar que eu tinha 150 postos de gasolina que nós operávamos e 150 postos de gasolina que é terceiro que operava. Então, são 300 postos de gasolina. Pode ser que alguma infração de documento contra posto de gasolina possa existir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor tinha costume de botar como sócios nos seus negócios, nos seus postos, funcionários das suas empresas, parentes, não é verdade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu já respondi na outra CPI que sempre coloquei interpostas as pessoas nos meus postos de gasolina.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Como? Não entendi.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Interpostas as pessoas; pessoas de minha confiança.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso, isso. Dos 72 inquéritos, o seu atual advogado, que começou, competente advogado, que só foi contratado há pouco tempo, e parece-me que o antecessor, por ética, o doutor não quis tocar, mas não era muito organizado, tanto é que não tinha um romaneio de todos os seus processos para que fosse feita a devida procuração. Então, há alguns processos. Então, eu só tenho conhecimento de um único processo, em que o senhor foi



condenado na primeira e segunda instâncias. Mas eu tenho notícias de que o senhor tem mais de 1 processo com condenação. Isso é verdade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu disse, de princípio, inclusive o próprio Deputado disse que eu estava de *sursis*. Então, eu tenho 1 processo, eu tenho 1 processo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mais de 1.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Um processo e tributário. E esse outro processo que fui condenado e fui absolvido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não. Condenado e absolvido é difícil, mas...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas aconteceu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor foi condenado, recorreu e aí foi absolvido.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ah, entendi agora. Está bem. Qual o endereço do senhor hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Onde eu moro?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, endereço.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Avenida Giovanni Gronchi, 4.864, Morumbi, São Paulo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Tem muito tempo que mora nessa residência?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Uns 3 anos nesse endereço e mais 4 anos na mesma avenida, só que uns números para frente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor tinha como Advogado o Sr. Levi Luís da Silva Figueiredo. É isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ele é o advogado interno da empresa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Interno. E o Dr. Humberto Duarte Lopes?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Vou responder para o senhor de novo: isso aí está *sub judice*. Eu me reservo a responder isso aí, já estou respondendo judicialmente.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, eu estou perguntando...

Foi seu advogado esse senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O Levi foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, o Humberto Duarte Lopes.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É o que eu falo para o senhor. Esse caso do Levi, Humberto, Heleno, está sob ação judicial. Eu me reservo a responder.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Esse daí foi o RG e o CPF e a conta bancária está com um nome. Ele usava uma conta bancária com o nome do irmão que foi morto em 1944, é isso? O senhor não quer falar, mas... E o dinheiro era colocado nessa conta bancária. O dinheiro era do senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu estou dizendo para o senhor que me reservo o direito de falar sobre isso aí, porque estou sendo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Concede-me V.Exa. apenas uma questão de ordem, Sr. Presidente? Sr. Presidente, o Sr. Ari Natalino está depondo na qualidade de testemunha ou de indiciado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputada, na qualidade de testemunha, e tenho aqui...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na qualidade de testemunha com salvo-conduto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Exatamente. Na mesma condição da CPI do Roubo de Carga.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pois é, se ele está depondo na qualidade de testemunha com salvo-conduto, ele pode se negar a responder aquilo que seja contra si, mas não fazer o que já fez uma vez com o Deputado Paulo, quando lhe perguntou quem eram os sócios, ele disse que não responderia. Ora, o que pode incriminar alguém dizer os nomes dos sócios. Ele não pode deixar de responder perguntas como "Que ações judiciais estão ocorrendo?", porque isso não lhe fará mal em juízo. Não existe salvo-conduto para isso. Portanto, V.Exa. tem que exigir do depoente que preste depoimento na qualidade de testemunha, para o qual não tem salvo-conduto nesse caso. E eu digo a V.Exa. com a experiência de quem teve alguns salvos-condutos pela frente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu queria agradecer à nobre Deputada. Foi esclarecido ao nobre depoente antes de começar este trabalho, a sua experiência que foi larga nas outras CPIs.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Bom, a Deputada Laura traz à luz desta CPI alguns esclarecimentos, pela experiência que ela tem, um pouco contrário ao que o nobre e competente advogado falou para o seu cliente. Então, na verdade, nós vamos exigir, daqui para frente, que o depoente, naquilo que não o incrimine, já que prestou juramento, ele não pode se negar a falar. Portanto, nós vamos mudar um pouco o tom da inquirição. O senhor conhece as empresas Posto Cometa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Elas pertencem ao senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nunca pertenceu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu comprei esse imóvel aí e perdi esse imóvel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Perdeu? Mas eu fico preocupado. O senhor foi um cidadão próspero, que ganhou dinheiro muito rápido, mas que também perde com muita rapidez também as coisas. Eu pensei que o senhor fosse mais sabido, fosse um empresário mais sabido, mas o senhor tem perdido muita coisa. Estou preocupado com o senhor. O senhor conhece a Pollus Petróleo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pollus eu falei que conheço, que eu comprei base deles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Tem negócio com eles, não é isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tive negócio com eles. Comprei as bases dele de Prudente até a Centro-Oeste.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Comprou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - As bases.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - As bases?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É Pollus?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pollus Distribuidora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas ela nunca fez parte de seu grupo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, nunca.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ari Natalino, as notícias que nós temos, que vimos aqui, é de que, realmente, as informações que nos chegam é que o senhor, como disse aqui há poucos instantes atrás, usava e usa parentes, funcionários e tudo como laranja nas suas empresas, e hoje, pelo que eu vejo, grande parte da sua fortuna, que o senhor tem ou teve, não deve estar mais no nome do senhor. Esse avião que caiu estava no nome do senhor? Era seu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era meu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Estava em seu nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Estava em meu nome. Eu também não acho que filho, mulher, ex-mulher é laranja. Eu não acho isso. O senhor está falando, eu não acho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu quis dizer que funcionários e outras pessoas que o senhor botou... Aliás, o senhor não deve ter tanto parente para botar em 200 postos, tem que botar realmente outras pessoas como sócios.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem. Sr. Presidente, peça ao depoente para se ater somente às suas respostas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado André Luiz, o depoente respondeu quase todas as perguntas, mas para nós, que temos as informações que temos, realmente, o Sr. Ari Natalino, que passou nesta Casa algumas vezes e pesa sobre os seus ombros as acusações de ter 72 inquéritos policiais, um processo transitado em julgado, ter acusações de ser envolvido com roubo de carga, ser envolvido em tantos ilícitos, adulteração de combustível e tantas outras coisas, nós, realmente, estamos estarecidos. E fica clara a frieza e a forma com que o depoente coloca para nós aqui. Eu, na qualidade de estereante aqui, com 8 meses apenas nesta Casa, Sr. Presidente, realmente me deparo com uma coisa estarecedora. Eu acho que esta Comissão realmente vai ter que primar com o seu



relatório e as sugestões, para que empresários que pesem sobre os seus ombros acusações desse tipo não podem ficar no ramo de combustível ou de qualquer outro neste nosso Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gostaria que os nobres Parlamentares que fossem usar da palavra fossem bem objetivos e se fossem acrescentar alguma coisa mais concreta. Nobre Deputado Júlio Lopes, que é membro da CPI da Pirataria.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros desta audiência, eu gostaria de registrar que a testemunha que se faz presente está levando esta audiência pouco a sério, porque não me parece que ele esteja usando da verdade. Isso nós temos investigado na CPI da Pirataria, esta fábrica que ele diz ser dono — e aqui todo o mundo ouviu ele dizer que ele é dono de 50% da fábrica — está em nome de 2 empresas *offshores*, Richley International e Haulover Enterprise, e de um terceiro dono, que é o Sr. Lindemberg, que é um ex-Procurador da Fazenda Nacional aposentado. Mas ele também disse nesta audiência pública, Sr. Presidente, que ele não tem conta no exterior. Então, das duas uma, ou o Sr. Lindemberg é laranja dele, é um ex-Procurador da Fazenda Nacional, é o seu laranja, ou ele tem conta no exterior nessas 2 empresas, que são proprietárias da Tabacaria Rei. Quer dizer, então, eu queria apenas registrar, Sr. Presidente, em nome da CPI da Pirataria, porque nós estamos realmente tendo muito trabalho com os senhores desse tipo, que praticam esse tipo de exercícios, que está havendo uma mentira clara e objetiva aqui. Ou ele tem como laranja o Sr. Lindemberg, ou ele tem conta no exterior numa dessas 2 empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu, da mesma maneira do Deputado Júlio Lopes, faço parte da CPI da Pirataria e queria perguntar ao Dr. Ari, de outra maneira, exatamente o que o Deputado Júlio Lopes colocou. Dr. Ari, o senhor é proprietário ou sócio-proprietário, um dos sócios da Rei Tabacaria, é isso? É verdade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Exato. Qual é seu percentual nessa sociedade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Cinqüenta por cento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Cinqüenta por cento. Seu outro sócio é o Dr. Lindemberg?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É o que eu falei para a senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu já lhe respondi e vou...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O que o Deputado falou é que eu estou mentindo. Acontece o seguinte, uma pessoa que quer mentir não falaria em juízo, em São Paulo, para o juiz que tinha uma *offshore* dentro da fábrica de cigarro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Dr. Ari, eu lhe acusei de estar mentido?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu estou falando para a senhora que, em juízo, em São Paulo, eu disse que eu tinha uma *offshore*, que tinha 50% dentro da fábrica de cigarro. Então, eu falei em juízo isso aí.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, ótimo, melhor ainda, o senhor vai falar para a CPI.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Pela ordem, Sr. Presidente. Mas ele disse aqui, no começo dos trabalhos desta audiência pública, que ele não tinha *offshore*, que ele não tinha nenhum investimento no exterior e que ele não tinha *offshore*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos continuar aqui, Dr. Ari.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Daqui a pouco, vai virar da tabacaria e da pirataria. Vamos ver se o nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, é só uma questão só de... São Parlamentares iguaizinhos a nós. Eu acho que nós estamos tentando... Nobre Deputado... O nobre Deputado é um Deputado assíduo à Comissão, atuante na Comissão, nobre Deputado que vem sempre à Comissão, está sempre presente, entendeu? É uma questão, entendeu, de ajuda, que é uma prática nossa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, pela ordem. O Regimento admite a inscrição de não membros na Comissão, para poder...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso. E por isso...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, não há o que se negar o direito a qualquer Parlamentar de falar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada, Deputado Eduardo Cunha. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, que V.Exa. me garantirá a palavra. Eu vou continuar o meu interrogatório. Então, o senhor, eu não estou pedindo para o senhor julgar, não lhe cabe julgar a fala de qualquer Deputado nesta CPI, primeiro, ou de qualquer CPI. Eu estou apenas fazendo uma pergunta, e o senhor responde “sim” ou “não”, “não sei”. Só responde. Então eu quero saber, o Sr. Lindemberg era seu sócio na tabacaria?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é seu sócio. Essa tabacaria eventualmente trabalhava com algum *offshore*?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Como *offshore* minha trabalha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Trabalha como *offshore*. Qual é o nome? O *offshore* está registrado em nome de quem?

O SR. ROBERTO PODVAL - Pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Advogado, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu não admito que o advogado fale, porque aí é o fim do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - A pergunta foi feita ao Sr. Ari.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Advogado responder por cliente não existe.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Advogado não fala em microfone de CPI. Advogado fala com V.Exa. reservadamente.

(Não identificado) - O advogado pode instruir. Somente isso.

(Não identificado) - Só instruir. Então, olha só, essa aqui é uma oitiva.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero que registre que o Dr. Ari estava respondendo. E eu quero que o Dr. Ari responda, por favor. V.Exa.,



doutor, com o maior respeito que um profissional do mesmo ramo que V.Exa. Regimentalmente, V.Exa. tem o direito de ir até o Presidente fazer a reclamação que V.Exa. quiser, mas no microfone desta Casa falamos: depoentes e Deputados, e ninguém mais. Por favor, o senhor devolva o microfone ao Dr. Ari Natalino, sob pena de desacato a autoridade, que somos nós os Srs. Deputados. Eu já acompanhei alguns Deputados, e saíram presos de CPI. Então V.Exa., por favor, respeite este Plenário e fale diretamente com o Presidente. Dr. Ari, eu estou respondendo. Por favor, Dr. Ari, vamos continuar. O senhor podia me dizer da *offshore*? O senhor podia responder, Dr. Ari? Dr. Ari, Dr. Ari.

(Tumulto.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não existe isso. Eles não podem falar.

O SR. ROBERTO PODVAL - Pela ordem, Sr. Presidente, isso aqui é uma oitiva.

(Não identificado) - O advogado está obstruindo os trabalhos da CPI.

O SR. ROBERTO PODVAL - Está no Código de Processo Penal.

(Tumulto.)

(Não identificado) - Não, senhor. E se o senhor continuar insistindo, vou pedir para retirá-lo. Se V.Exa. continuar insistindo, vou pedir para retirá-lo do plenário.

(Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nesse momento não tem direito não. Não tem direito.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Questão de ordem.

(Não identificado) - Calma, calma.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Questão de ordem.

(Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - No plenário aqui só se manifesta os Deputados e o depoente. No plenário só se manifesta os Deputados e o depoente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor. Minha primeira questão de ordem é que V.Exa. chamasse os



trabalhos as ordens e fizesse o que V.Exa. está fazendo. Segundo, eu pediria a V.Exa., se os advogados não pararem com essa manifestação do jeito que está aqui, isso é um desacato. Eu pediria a V.Exa. que enquadrasse por crime de desacato.

O SR. ROBERTO PODVAL - Nós temos o salvo-conduto para os advogados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. pode ter o salvo-conduto, mas não há salvo-conduto para desacato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só quero pedir aos advogados que se sentem no seu lugar. Os nobres advogados se sentem no seu lugar, e o seu Ari faça a resposta à nobre Deputada.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não precisa, nobre Deputado André Luiz. Eu já tomei as rédeas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele está falando, Sr. Presidente. Ele está explicando.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, por favor. Sr. Presidente, eu queria que consultasse a nossa jurista, para que possa colocar aqui o Código de Processo, para deixar bem claro essa questão sobre a questão do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Mas nós já sabemos isso, nobre André.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Porque se manifestar de novo, eu vou pedir para retirá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso, nobre Deputado.

O SR. ROBERTO PODVAL - Nós saímos. Os advogados saem do plenário junto com o seu cliente.

(Não identificado) - V.Exa. vai sair preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, senhor.

O SR. ROBERTO PODVAL - Me prenda, nobre Deputado. Me prenda, nobre Deputado.



(Não identificado) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê voz de prisão por desacato à autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Márcia. Quero que a Márcia leia o artigo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que dê voz de prisão por desacato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só um minuto. A nobre Márcia, Departamento Jurídico da Casa, lê o artigo o qual os advogados estão enquadrados nesta Comissão.

A SRA. MARCIA MARIA BIANCHI PRATES - Esclarecendo a todos. O Supremo garantiu a eles todas as prerrogativas do art. 7º do Estatuto da OAB. Dentre essas prerrogativas, várias delas já foram exercidas aqui, eles ingressaram, acompanharam, instruíram o cliente, etc., até prestaram esclarecimentos quando a Comissão achou necessário. Porém, para pedir a palavra pela ordem, que seria exatamente o caso que está acontecendo aqui, eles caem no inciso X: *“Usar da palavra pela ordem em qualquer Juízo ou Tribunal — que seria o caso —, mediante intervenção sumária para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas”*. Então, vejam. Eles podem usar a palavra realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - É o que a nobre Deputada Laura Carneiro falou. Eles só podem se posicionar a mim como Presidente. Não tem fato novo.

A SRA. MARCIA MARIA BIANCHI PRATES - Não. A não ser, eles poderiam pedir a palavra, eles têm garantida a palavra para, mediante intervenção sumária, esclarecer equívocos ou dúvidas surgidas em relação a fatos, documentos ou afirmações.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O que quer dizer, Sr. Presidente, que, de maneira nenhuma, advogado, numa CPI, pode interferir no depoimento de uma testemunha. Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso. Isso.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não pode no inquérito policial, não pode em juízo e não pode na CPI. Isso não tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos continuar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Vamos fazer o seguinte, Sr. Presidente: se continuar, de novo, vamos pedir para retirá-los do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, a minha pergunta é tão simples, o próprio depoente está ajudando. Ele mesmo quer responder. Ele estava contando a questão da *offshore*. Eu fiz duas perguntas simplérrimas. Eu queria, se o senhor pudesse, por favor, informar à CPI sobre a existência de uma *offshore* ou de outras *offshores* nesta atividade ou em qualquer outra atividade que o senhor exerça, por favor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A minha *offshore*, a que está lá dentro, onde que eu já depus, eu tenho. Agora, o resto eu me reservo no direito de não falar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu quero saber essa. Quem é o sócio dessa *offshore* que o senhor depôs? O senhor já depôs em juízo. Eu estou lhe perguntado, porque eu sou de outra CPI.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - *Offshore* é uma...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu estou lhe perguntando, como Deputada, que não é desta Comissão. O senhor pode, por favor, responder?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas eu não entendo de *offshore*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, o senhor não entende?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não entendo de *offshore*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Olha, eu não sei montar uma, mas...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não entendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não entende de *offshore*?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não entendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem montou, então, para o senhor a *offshore*?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi um advogado que montou, mas eu não entendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi um advogado? Quem foi o advogado que montou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não lembro o nome dele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não se lembra do nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não lembro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor, então, contratou alguém para montar uma *offshore* para o senhor? É isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi assim?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ou você compra um *offshore* pronto, acho que tem no mercado para vender.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Compra pronto um *offshore*?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acho que tem, né? Acho que tem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu não sei. Eu não entendo de *offshore*.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu também não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por isso que estou lhe perguntando.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu também não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como é que o senhor conseguiu a sua. A minha pergunta é simples.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor acha, então, que foi...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A minha eu sei, agora a outra que a senhora está perguntando eu não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu estou perguntado da sua, não estou perguntando de outra, não. Eu estou perguntando da sua.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não sei como é que faz para montar um *offshore*.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não sabe como é que o senhor montou a sua *offshore*? Não sabe?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor sabe o capital dessa *offshore*?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com quanto ela foi montada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não lembro. Não lembro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor também não se lembra.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não lembro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não tem...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - As cautelas estão em juízo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A cautela está em juízo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A cautela está em juízo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Está em juízo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O que é uma cautela de uma *offshore*, o senhor podia me explicar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É o título da empresa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, tem um título, então.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É. Exato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor conhece a *offshore*, como funciona, como ela se monta.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu estou dizendo que essa cautela minha está em juízo. Está sendo discutida em juízo. Por isso que eu acho que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, esse título está sendo discutido em juízo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas isso se o senhor não sabe, também é uma forma de juízo. Deixa eu explicar para o senhor, Sr. Ari. A CPI, como todas as CPIs, é, na verdade, uma outra forma de investigação, além da



investigação feita pelo juízo competente. A CPI também faz a sua investigação e também tem esta competência legal e constitucional.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas eu estou dizendo para a senhora que eu não me lembro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor está falando como se o senhor estivesse falando para um monte de juízes, quer dizer, na verdade, o Relator é a pessoa que vai dar o endereçamento geral para a matéria, mas é ele, na verdade, todos aqui, como se fossem, não juízes, porque nós somos legisladores, mas funciona como uma investigação judicial, digamos assim,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ... um negócio um pouco diferente, difícil para o senhor entender. Mas o senhor, efetivamente, não podia nos ajudar com a questão da *offshore* e explicar para ver se eu consigo entender. Quando foi montado, o senhor se lembra?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não lembro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não lembra. E foi só essa *offshore*.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só no que diz respeito, portanto, à Rei?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na área de combustível, o senhor nunca trabalhou com *offshore*?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Nunca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nem se interligaram as coisas em nenhum momento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não, nunca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. O senhor disse ao Deputado Paulo que na CPI do Narcotráfico 2 Deputados teriam acusado o senhor de manter cocaína, maconha, enfim, uma droga, no avião? O senhor podia me lembrar um pouco disso, porque eu fui da CPI do Narcotráfico e não me lembro dessa cena.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu já disse que 2 Deputados disseram que viram pó dentro do avião, mas também não vou relatar o nome dos 2 Deputados.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas isso seria simples. A minha informação, como tendo participado ativamente da CPI do Narcotráfico, não era bem essa. Era, talvez, uma ligação com o senhor com um bandido um pouco maior do que a nomeação de 2 Deputados.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas a senhora veja que no avião que caiu foram feitas todas as perícias.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah!

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acho que com a aparelhagem mais fina possível e não teve vestígio nenhum lá dentro e foi arquivada a CPI. Não teve nada contra a gente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, a CPI não lhe investigou profundamente, porque não tinha mais tempo, infelizmente. Mas agora pela CPI da Pirataria, CPI especialmente dos Combustíveis vai ter muito mais tempo, aliás, vai ter muito mais tempo. Quer dizer que o senhor não quer colaborar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu estou colaborando, ué!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu estou lhe pedindo para colaborar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não vou revelar o nome dos Deputados, é um direito meu, ué. Eu não vou revelar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor não pode dizer o nome dos Deputados? Por acaso não é um direito seu, mas não há problema porque a gente consigna, e só vai ser usado contra o senhor, não é contra mim. Então o senhor não quer responder, não tem problema, o Relator saberá usar suas não respostas. Quero que o senhor entenda que, às vezes, se o senhor tivesse incriminando, vale a pena o senhor ficar calado, mas se o senhor não tiver, é ruim para o senhor ficar calado. O senhor pode até perguntar ao seu advogado isso. Eu estou até tentando lhe ajudar. Eu queria agradecer a sua não colaboração, dizendo que uma hora o senhor imagina que não colaborou, o senhor colaborou muito. Muito obrigada. Eu queria pedir ao senhor que, por favor, não respondesse aos



Deputados, vamos tentar manter, pelo menos com educação, a sessão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Ari, o senhor nos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nós já estamos adiantado bastante no horário. E peço a todos os Deputados que sejam bastante breves, porque ainda temos outras audiências.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Veja, eu apenas só quero falar com relação a ... O senhor se divorciou, não é isso, Sr. Ari?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Desquitei.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Aqui no documento diz que é divórcio, o senhor tá falando desquite, da D. Aparecida Maria Pessuto da Silva, não é isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor tem procuração dela ainda hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E da D. Sandra Regina D'Avanço.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Também não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sandra é uma nova funcionária minha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor não tem procuração dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A Samaviel São Mateus Veículos Ltda. de quem que é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É da Aparecida Maria Pessuto, da minha esposa, e do meu filho.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Apari Empreendimentos e Participações Ltda.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Apari?

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É. Apari.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Apari é do meu filho e da Cida também.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Que que essa empresa faz?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É uma empresa de investimento.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - De investimento. Petroshopping
Conveniência Ltda.?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É uma lojinha de conveniência.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - De quem é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei em que nome que está, não me lembro.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Está da D. Aparecida também e da Sandra. O Autoposto Cidade Araci?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também não me lembro, se o senhor quiser eu dou uma relação dos postos, o nome de quem estava, porque não existem mais os postos de gasolina.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Esse não existe mais hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não existe.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Ele existe, mas não é mais...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não é mais nosso.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não é da D. Aparecida e não é mais do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Meu não é; da D. Aparecida, não sei.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E era em algum tempo do senhor esse Posto Araci? Era do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não me lembro se passou esse contrato social no meu nome. Mas eu posso até ver e mandar a relação para o senhor.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não, mas de fato. Vamos esquecer o papel. De fato, ele era do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, a gente operava ele. Era da Petroforte.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Autoposto Petra Ltda. também era do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Todos os postos que tinham bandeira Petroforte eram operados pela Petroforte.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E o Petrocap também era?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Todos os postos bandeira Petroforte eram operados pela Petroforte.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu não sei. Só o senhor é que sabe a versão disso. Por isso eu estou perguntando.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É. Tudo bandeira Petroforte.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Cunhas do Guarajá?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Bandeira Petroforte.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Petroauto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Bandeira Petroforte.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Petrocom?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Bandeira Petroforte.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Real 2?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Todos que o senhor for ler aí é tudo bandeira Petroforte, eu acho. Ele tem 300 postos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É que o senhor... Tudo bem. Se o senhor tem 300 postos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, tinha 300 postos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor, à época, tinha 300 postos. Hoje o senhor tem ainda alguns imóveis que estão alugados. Exemplo, essa base lá de Cuiabá.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem. É o que eu falei para o senhor: foi comprado a Pollus, em concordata, não é minha, não passou para o meu nome, não é minha, é da Pollus ainda. Mas nós negociamos essa base.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor comprou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Compramos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Comprou e pagou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pagamos.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu penso que todas as demais... Vou tentar lhe ajudar, Sr. Ari.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pois não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Embora o senhor tenha esse *habeas corpus*, na verdade, o senhor pode evitar de falar. Tudo que na sua cabeça disser “não, isso me incrimina”, o senhor não precisa falar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, mas isso não me incrimina.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não. Com relação ao resto, naquilo que o senhor falar, o senhor tem compromisso com a verdade. O senhor não esquece que jurou aí em compromisso. Apenas estou dizendo isso porque pode alguma resposta do senhor ser contraditória. Se o senhor sentir que o vai se contradizer, o senhor explique antes, porque senão pode ser entendido que o senhor esteja faltando com a verdade.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Está certo.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E depois, aí pode ser complicado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O.k.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só quero agradecer a presença ao Presidente da CPI da Pirataria, o Medeiros. Quero agradecer a presença. Nobre Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, eu estou acompanhando atentamente as questões formuladas e principalmente a insistência do depoente em não fazer referência a suas associações no caso da Rei, Indústria de tabaco, de cigarro. Eu queria, primeiro, pedir uma informação ao depoente de qual é a pendência que hoje transita na Justiça que o impede de mencionar qual é o seu sócio. Essa é uma questão primeira, preliminar, para que eu possa formular minha pergunta seguinte.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É que a gente... Quando fiz esse investimento da fábrica de cigarro, nós não recebemos nada de volta. Então, entramos com ação judicial contra eles mesmos.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Então, se eu posso entender bem, o senhor tem uma ação reivindicando as quotas que pertencem a esse sócio. É isso?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Não.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O dinheiro que nós investimos lá.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - No *offshore* ou na empresa (*ininteligível*)?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na empresa, na empresa, na empresa.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Mas o senhor não é dono de 50% da empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sou dono, mas eu nunca operei, eu nunca fui lá na fábrica de cigarro. Fui duas ou 3 vezes lá, só.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Agora, para tentar contribuir no sentido de a CPI ter o esclarecimento sobre esse possível sócio. Consta que a empresa foi registrada em nome do Sr. Moacir Pedro Pinto Alves. O senhor confirma?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, Moacir Pedro Pinto é o procurador da *offshore*.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Mas não é, portanto, nunca foi registrada a empresa Rei, a indústria Rei em nome de Moacir?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O Moacir tem 1%.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Tem 1%, está bem. E o senhor consta no contrato social com 50%.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quarenta e nove por cento.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Quarenta e nove por cento. E qual é a empresa *offshore* de propriedade do senhor? É a empresa Haulover Enterprises Ltda. ou é a que está colocada no Uruguai? Qual das duas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Essa primeira que o senhor falou aí.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - A primeira, nas Ilhas Virgens Britânicas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Está muito bem. O senhor tem... Lá o senhor tem um sócio nessa empresa também?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu falei para o senhor, eu não sei como monta *offshore*.



O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Bom, consta que o Sr. Moacir Pedro Pinto Alves é um advogado que trabalhou para o senhor, que foi, portanto, acionista, foi sócio do senhor nesse negócio, não é isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ele foi advogado nosso.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Isso. E que hoje exerce advocacia em São José dos Campos. Confirma-se isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, não seria o caso de localizarmos esse Sr. Moacir Pedro Pinto Alves para que preste esclarecimentos ou consultar até se há depoimento desse cidadão em alguma das outras CPIs? Talvez seja esse o caso.

(Não identificado) - Zica, só um aparte Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sim.

(Não identificado) - O Sr. Ari talvez possa informar a gente. Ele já veio depor numa CPI aqui?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

(Não identificado) - Não? Nunca veio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

(Não identificado) - Nunca foi convocado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Que eu saiba não.

O SR. ROBERTO PODVAL - Sr. Presidente, senhor nobre Deputado, talvez eu possa ajudá-lo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. O advogado não pode fazer uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não pode, nobre Deputado.

O SR. ROBERTO PODVAL - O esclarecimento talvez ajude...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado André, acho que a gente não precisa... Olha só, nós, não precisa ninguém levantar o tom de voz. Queria deixar isso bem claro aqui.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Então, queria que V.Exa. cumprisse o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, Deputado...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu não vou ficar toda hora citando o Regimento Interno aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu não vou aceitar, Sr. Presidente. Eu não vou aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só uma questão de educação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu não vou aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só uma questão de educação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu sou uma pessoa educada, só não vou toda hora falar a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu não estou falando que o senhor...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - O advogado não pode fazer uso da palavra. Eu não vou aceitar.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, continuando o meu questionamento, nos dados de que disponho, consta como sócios da empresa — não consta inclusive o Sr. Ari Natalino como sócio —, na minha relação de proprietários, consta o Sr. Moacir, o advogado — Moacir Pedro Pinto Alves —, a empresa Haulover Enterprises e a empresa Richley International S/A, com sede no Uruguai. É sócia da Tabacaria Rei?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É as duas *offshores*.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - As duas são, não é apenas uma. Então o senhor tem duas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, eu não tenho; só tenho uma.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Ah, tá. A outra o senhor tem um outro sócio *offshore*. Quem são os proprietários dessa outra empresa?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Como eu estou na Justiça com eles, eu não queria citar o nome. Eu não quero citar o nome deles.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Bom, isso, na minha leitura, não incrimina o depoente. Acho que é um equívoco, e eu gostaria que a assessoria jurídica pudesse nos esclarecer, Sr. Presidente, porque eu acredito que seja determinante para que possamos continuar a nossa investigação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ROBERTO PODVAL - A testemunha não pode ser acusada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Luciano Zica, continue.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Bom, eu gostaria de ouvir da nossa assessoria jurídica a fundamentação desse argumento, para ver se eu continuo ou não, Sr. Presidente.

A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES - Em princípio, o que o advogado dele expôs é que, como a *offshore* não tem nome declarado de sócio, ele não saberia dizer quem é. Agora, respondendo a sua pergunta especificamente, ele teria que responder, se ele soubesse. Ou ele declara que não sabe ou ele diz quem é, porque isso não o incrimina.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Para esclarecimento, ele já havia se negado, no meu questionamento, a declarar o nome do sócio na empresa, mas que sabia quem era e que se negava a declarar. Já se negou a declarar.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, então, eu encerro, mas eu queria lembrar aqui que, na questão do Deputado Paulo Rubem, feita clara e cristalinamente, o Sr. Ari Natalino disse que não tinha nenhuma empresa *offshore*. Em seguida, ele admitiu que tinha a empresa *offshore*. Da mesma forma como ele não admitiu que tinha um sócio, ele poderia admitir agora. Essa é a razão do meu questionamento, e, então, eu encerro por aqui o meu questionamento, para que os outros Parlamentares possam continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu quero dizer que esta reunião está sendo suspensa por alguns minutos e peço todos os Deputados na Ouvidoria.

(A reunião é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Reabertos os trabalhos. Nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou tentar continuar algumas perguntas naquela linha de raciocínio que eu vi o depoente responder a Deputados anteriormente. Primeiramente, confirmando, eu gostaria da atenção do depoente, gostaria da atenção... Vamos lá. O senhor disse que a sua participação na Tabaco Rei é efetuada através da *offshore* Haulover, das Ilhas Virgens Britânicas, é isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor havia respondido inicialmente que não possuía conta no exterior, não havia qualquer tipo de aplicação no exterior. O senhor mantém essa resposta?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não tenho aplicação nenhuma no exterior.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nem tem conta no exterior em nenhuma situação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também não tenho conta no exterior.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual é o capital da Tabaco Rei?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não sabe o capital da Tabaco Rei?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual é o investimento que o senhor diz ter na Tabaco Rei que, inclusive, é objeto de montante, de questionamento, por uma razão qualquer, aquilo que o senhor atribui como investimento do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi o suficiente para ela funcionar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas isso seria quanto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não me lembro, na época... Não me lembro quanto foi.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas, assim, uma ordem de grandeza, 10 mil reais, 100 mil reais, 1 milhão, 5 milhões.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não posso falar uma coisa que... Não me lembro quanto que é.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qualquer montante.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não posso falar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não sabe dizer o montante?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas o senhor, quando tem isso, digamos assim... Nessa ação que o senhor está reivindicando, o senhor deve estar reivindicando algum valor. Essa Haulover... Vou até tentar melhorar a pergunta para ver se o senhor tem condições de nos responder. Essa Haulover, ela é sócia desde a constituição da Tabaco Rei ou ela comprou cota de alguém depois?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ela comprou a cota depois.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ela comprou a cota de quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Deixa eu vou falar para o senhor de novo: como está *sub judice* aí, eu não vou responder. Uma porque...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor me desculpe, isso aí não tem nada que o incrimine.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Deixa eu falar uma coisa para o senhor também. Agora há pouco, eu falei, eu não vou declinar o nome do sócio porque se uma *offshore*, uma cautela, quem está na posse dela é dono. De repente eu falo o nome de uma pessoa e ela fala assim: "*Não sou eu*". É outro processo contra mim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas o senhor já declarou aqui, clara e textualmente, por mais de uma vez, que conhece o nome do sócio e não quis declarar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente. Sabe por quê? Quem está com a cautela na mão é o dono da *offshore*. De repente eu falo um nome aqui, a cautela muda de mão, não é ele mais.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor me desculpe, mas existe procurador da *offshore* registrado. Ele tem que ter o conhecimento de quem é o proprietário, que é o Moacir. O Moacir é dele não é da outra.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - No meu caso, dessa *offshore*, eu estou falando que é o Moacir. Da outra parte, da outra *offshore* eu não sei quem é o dono, eu não sei quem é o procurador.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Vamos, vamos... Eu estou tentando para que, como eu disse aqui, não sei se foi a Deputada Laura anteriormente, para que as respostas que o senhor evite de dar não acabem servindo contra o senhor. Na realidade, o senhor está, à medida que vai se passando, ao invés de tentar minorar a situação desvantajosa em que o senhor se encontra nesta Comissão, o senhor está agravando.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas, Deputado, eu me reservo no direito de não falar mais desse *offshore*. Não quero falar mais dessa *offshore*.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ah, o senhor não quer falar mais sobre o *offshore*!

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu me reservo no direito. Está *sub judice*, está judicialmente no processo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor me desculpe, o senhor tem aqui uma decisão judicial que lhe permite se manter em silêncio sobre coisas que o incriminam. Não me consta...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas isso aí pode me incriminar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor já declarou em juízo, como o senhor mesmo disse, que assumiu o juízo da propriedade da *offshore*.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas pode me incriminar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não há nada que possa lhe incriminar com a propriedade da *offshore*!

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pode, eu acho que pode.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor acha que pode. Em que sentido que pode lhe incriminar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei, eu acho que pode, por isso eu não vou falar mais.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É, eu queria saber o seguinte: essa *offshore* comprou essas cotas com que dinheiro?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Comprou parcelado, não sei em quantas vezes, comprou parcelado, ué.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Como ela ingressou com dinheiro no País, já que ela é uma empresa...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei, não entendo de *offshore*.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas a empresa tem que ter comprado!

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu disse para o senhor que eu não entendo de *offshore*.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Aí não é questão de entender. É uma sociedade estrangeira ingressando com capital numa empresa nacional. Houve compra, fechamento de câmbio, houve a integralização do capital ou então não houve. Integralização há porque ele comprou de terceiros, não afeta o capital. Ele comprou as cotas de terceiros. Então eu gostaria ao menos que o senhor dissesse de quem o senhor comprou as cotas porque isso aí terá que estar... De uma certa forma as alterações sociais da Tabaco Rei vai informar essa Comissão. Aí não haverá segredos, só a dificuldade, obstrução aos trabalhos da Comissão. O que está havendo na realidade aqui não é um fato que o incrimine e não é um fato que nós não possamos ter conhecimento, porque, para conhecer o contrato social e todas as alterações feitas na Tabaco Rei, basta requerer à Junta Comercial e nós vamos obter, nós vamos saber quem transferiu as cotas para a sua *offshore*, se é que foi legalizado, como bem alertou aqui a Deputada. Então V.Sa. está obstruindo o trabalho da Comissão ao não querer informar de quem comprou. Essa é uma realidade que V.Sa. vai ter que conviver com ela aqui. Então, eu gostaria de dar oportunidade a V.Sa. para que responda essa pergunta.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu me reservo no direito de...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então V.Sa. não quer responder a pergunta? O.k. Eu gostaria... Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que há obstrução ao trabalho desta Comissão. Eu gostaria de saber quem era o advogado anterior de suas causas antes de o senhor trocar de advogado para o brilhante profissional que lhe assessora.



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tenho vários advogados. Tem o Clodoaldo, de Ribeirão Preto, Dr. Clodoaldo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Dr. Clodoaldo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Clodoaldo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso. Dr. Brasil.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Dr. Clodoaldo de quê? Teria condições de a gente saber o sobrenome dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também não lembro o sobrenome dele, mas posso informar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Dr. Brasil?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Brasil Salomão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Brasil?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Salomão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Salomão. Também de Ribeirão Preto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ribeirão Preto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Que mais? São advogados de seus processos criminais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Criminais é o Dr. Clodoaldo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Dr. Clodoaldo. De todos os seus processos criminais era o Dr. Clodoaldo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor... Parece-me que houve uma dúvida aqui, foi respondida ao Deputado José Carlos, mas me parece que eu não entendi direito. Talvez seja uma deficiência minha. O senhor teve duas condenações e uma condenação que o senhor conseguiu reverter ou apenas uma condenação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu tive uma condenação que reverteu...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E a outra o senhor não reverteu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - E a outra eu estou de *sursis* nela.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor está em *sursis*. Esta que o senhor está em *sursis* refere-se a quê? A que tipo de acusação que o senhor foi condenado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Da ordem tributária também.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É crime contra a ordem tributária?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - De quê? De sonegação fiscal?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É de uma empresa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - De qual empresa que foi?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não lembro de qual empresa que foi. Não lembro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor foi condenado por um crime de sonegação fiscal de uma empresa e o senhor não lembra qual é a empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não lembro qual é. Não sei que imposto que foi. Não sei qual foi.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu não lhe perguntei qual o imposto. Eu perguntei qual empresa.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não sei qual posto que foi.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Foi um posto de gasolina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Foi um dos seus postos de gasolina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Está certo. O senhor teve, como o senhor mesmo falou, liminares de contestação de substituição tributária e diferença de tributos de gasolina "a" e gasolina "c". O senhor tinha alguma ligação com os magistrados que concederam as liminares?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não os conhecia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não conhecia.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não tem relação com nenhum juiz?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E qual foi o escritório de advocacia que trabalhou para o senhor na obtenção desta ação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quais foram os advogados que conseguiram as liminares?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O advogado que atuou no processo de obtenção da liminar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi um advogado de São Paulo. Eu não lembro o nome dele também.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor também não lembra o nome do advogado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Está certo. Há um problema. Talvez seja o adiantado da hora ou a falta de boa vontade de poder cooperar. Sr. Presidente, por ora eu cesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não há mais nenhum Deputado inscrito. Algum Deputado gostaria de fazer interpelação?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Apenas para que se possa oferecer à CPI um complemento de informações que foram passadas à CPI, no depoimento do delegado da Polícia Federal Dr. Alexandre Crenite Morato. Sr. Ari, o senhor poderia informar à CPI se já houve algum mandado de prisão contra a sua ex-esposa ou contra a sua atual esposa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ela está presa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual está presa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Minha ex-mulher.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sua ex-esposa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual foi o motivo da prisão?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Imposto de Renda dela.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Desde quando o senhor está separado dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Desde 82, 81.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como é o nome dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Aparecida Maria Pessuto.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E ela tem participação nos negócios em que o senhor também é empresário?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Da Petroforte? Ela tem participação.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela ainda tem participação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Desde quando ela está presa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Há uns 10 dias.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor chegou a ter algum contato com o Delegado Alexandre Crenite, da Polícia Federal, que estava conduzindo as investigações sobre esse assunto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tive contato com ele no dia que ele estava no hospital, quando ele foi dar voz de prisão para mim. Foi o único dia que tive contato com ele.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E quem era o seu advogado nesse processo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O Clodoaldo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Dr. Clodoaldo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor só teve um contato com o Sr. Alexandre?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só um contato, no dia que ele foi de manhã cedo constatar, no hospital, a hora que eu estava no hospital, que ele foi dar a ordem de prisão para mim lá. Só nesse dia que eu tive contato com ele.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – A prisão que o delegado tentou efetuar em relação ao senhor era no mesmo caso, no mesmo processo que ocorreu com a sua ex-esposa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É. No meu caso, saiu na frente. O dela saiu depois.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas eram juntos os casos, no mesmo processo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, no mesmo processo, não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O dela foi de Imposto de Renda.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O meu foi no dia 19 de fevereiro, o dela foi em março.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas a ordem de prisão contra o senhor foi também por causa de Imposto de Renda?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Imposto de Renda. Foi.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Imposto de Renda Pessoa Física?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Imposto de Renda Pessoa Física.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor não teve mais nenhum contato. O senhor tomou conhecimento de que o delegado chegou a ser preso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tomei.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por que razão?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu tomei conhecimento pela televisão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pela televisão?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor se recorda qual foi o motivo da prisão do delegado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu ouvi falar o que todo mundo ouviu falar: que eles conversaram e ofereceram dinheiro, eu ofereci dinheiro para ele. Isso não é verdade.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O seu advogado teve algum contato com ele antes?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Antes de sair o mandado de prisão?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Meu advogado teve contato com ele. O Dr. Clodoaldo e o Dr. Wellington, mas nunca houve esse negócio de dinheiro com o Dr. Alexandre.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A prisão era prisão preventiva ou já era uma sentença?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Preventiva.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sua ex-esposa está em prisão preventiva?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E qual é o advogado que a assiste? O senhor pode dizer?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei quem é.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor não sabe, mas ela tem um advogado a assistindo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Deve ter um advogada assistindo ela, mas eu não sei quem é.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E ela ainda tem participação nas empresas, junto com o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Comigo não. Nunca teve participação comigo nas empresas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor acabou de dizer que ela tinha, na Petroforte.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na Petroforte, mas a Petroforte não é minha, é dela. Eu era superintendente da Petroforte.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor era...?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Superintendente. Eu administrava a Petroforte.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor tinha registro de empregado, como superintendente ou administrador?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha registro de empregado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Registro em carteira?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Registro em carteira.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual era o pró-labore que o senhor tirava da empresa mensalmente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Dez mil, 15 mil, não lembro direito quanto era. Foi aumentando: 10, 15...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor tinha procuração também das sócias da empresa para operar em nome da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando entrava uma ação trabalhista, quem assinava .. Era eu que assinava a procuração para fazer isso aí, senão... Algumas procurações eu assinava.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não. O senhor tinha procuração da empresa para operar contas bancárias, ser responsável comercialmente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Alguém tinha procuração da empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Ela fazia tudo. Ela trabalhava na empresa, não tinha por que dar procuração.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor tinha procuração para que mesmo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Para ação trabalhista *ad judicium* eu tinha.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Para essa área o senhor tinha? Para contratar advogado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Para contratar advogado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Para contratar advogado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E as cotas da empresa, até então, estavam no nome...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sempre foi no nome dela e da Sandra, desde o início.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quando o senhor adquiriu a empresa o senhor já colocou as cotas nos nomes dessas duas pessoas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando foi fundada a empresa, foi fundada no nome delas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas quem bancou o capital foi o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não tinha capital no início. Não tinha capital nenhum no início. Eu falei para o senhor que trabalhava tudo com crédito da Petroforte, da PETROBRAS, de banco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas quando o senhor constituiu a empresa, por que o senhor, em vez de colocar a empresa no nome dessas duas senhoras, o senhor não colocou, por exemplo, no nome de um amigo de confiança do mercado de combustível? Por que a escolha foi para colocar em nome dessas duas senhoras?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Porque eram pessoas... Era minha ex-mulher. Ela não podia montar uma empresa?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Claro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Então, ela montou uma empresa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por que o senhor não colocou no seu nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Porque a empresa era dela.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por que a empresa era dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O patrimônio era dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não é que o patrimônio era dela, o crédito era dela. Ela tinha crédito. Eu não tinha crédito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela tinha crédito?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tinha. Tinha crédito no mercado financeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela também chegou a ser proprietária de postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Não pode. Dono de distribuidora não pode ser proprietário de posto de gasolina.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor é que era dono dos postos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu tinha alguns postos de gasolina.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor tinha alguns postos, deixou de trabalhar para as distribuidoras, ela tinha o crédito, então juntaram-se as iniciativas. Ela passou a ser a dona da Petroforte, e o senhor continuava com os postos, até que só ficou com a distribuidora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O que fazia realmente a Petroforte era distribuir para todos os postos. Só para o nosso posto não justificava ter uma distribuidora. Só para os postos da rede Petroforte, não justifica. Vendia para todas as bandeiras que tinha no mercado, branca, outras bandeiras.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, por essa razão, a empresa foi colocada no nome da sua ex-esposa e dessa outra senhora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi colocada no nome dela porque era dela.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E essa outra sócia quem era?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sandra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela trabalhava com o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Um por cento ela tem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Um por cento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não é nem 1%, acho que é menos de 1%.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela também atuava antes no ramo de combustíveis, no varejo? Nos postos?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ela trabalhava com posto de gasolina também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela também era proprietária de postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não era proprietária de posto, mas trabalhava.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Era funcionária?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era funcionária.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então ela deixou de ser funcionária e passou a ter...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Formar a firma Ltda. com ela.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Passou a ser sócia quotista à ordem de 1% do capital da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, nem 1%. Acho que 0,5. Eu não sei direito quanto que é.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Era 0,7%.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É isso aí.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Tem a palavra o nobre Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu queria indagar o depoente. Numa entrevista ao *Jornal Nacional*, numa gravação, o senhor falava que não era o Deputado Pedro Corrêa que trabalhava com V.Sa., e sim o seu filho. Indago a V.Sa. se era na Petroforte ou na tabacaria?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Uma gravação do *Jornal Nacional* deixava entender que o senhor falava que não era o Deputado Pedro Corrêa, do PP, que trabalhava com V.Sa., mas sim o seu filho. Indago a V.Sa.: era na tabacaria ou na Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Meu filho ou do Deputado que o senhor está falando?



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – O filho do Deputado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O filho do Deputado? Onde ele trabalhava?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ele também foi Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando ele veio para São Paulo, eu não sei o que ele faz. Ele tem uma empresa. Eu não sei a empresa que ele tem. Ele queria entrar de sócio comigo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - O senhor não entendeu a minha pergunta.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ele quis entrar de sócio comigo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Numa gravação do *Jornal Nacional*, V.Sa. falava no telefone e, nessa conversa, o senhor dizia que não era o Deputado Pedro Corrêa, do PP, que trabalhava com V.Sa., mas sim o filho dele.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não falei isso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu indagaria...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não me lembro de ter falado isso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não me lembro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Então, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Tem a palavra a nobre Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, só para concluir. Não sei se interessa. Em alguns levantamentos feitos, numa consulta realizada, consta que o quadro societário da empresa, de acordo com a cópia da última alteração contratual, que consolidou o contrato social da empresa, datado de 16/11/99 e composto por — eu só queria que o senhor confirmasse, por favor — Aparecida Maria Pessuto da Silva, com 99,7% das cotas do capital social...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Da Petroforte?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sim. E por Sandra Regina. Não sei se é da ...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - D'Avanço.



A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - D'Avanço?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Com 0, 3% das cotas do capital social.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Desde o princípio, nunca mudou o contrato.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Está certo. Também elas eram sócias em alguns postos de gasolina na época.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quem?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - A Sandra e a Aparecida.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, em postos de gasolina eles não podiam ser sócios.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Aqui consta que o banco de dados e o abastecimento, que é a Superintendência Financeira, (*ininteligível*) observou que apenas a sócia, a Sra. Aparecida Maria Pessuto da Silva, detém participação societária em dois postos revendedores autorizados: (*ininteligível*) Autoposto Ltda. e Petrojóia Posto de Serviços Ltda. Enquanto a Sra. Sandra Regina não possui nenhuma participação societária e nada mais. Só mesmo no PETROFORTE?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Está certo. Eu queria perguntar ao senhor, se o senhor pudesse responder, se o senhor possui alguma indústria de produto químico, solvente, alguma coisa assim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, já tive uma distribuidora de produtos químicos, fechou, parou. Quando começou a Petroforte, essa empresa parou de funcionar, justamente para dar qualidade no produto, senão ia ter suspeita de que se estava adulterando o produto, então, fechou essa distribuidora. Não tenho mais essa distribuidora. Ficou montada, tirou um registro de uma distribuidora que se chamava Power Química, que é exatamente essa distribuidora aí, que a gente ia tentar reativar ela.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor sabe em que tempo foi isso?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Que eu tive a distribuidora de produtos químicos?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - 89, 90, acho que foi.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor já foi autuado alguma vez pela ANP por conter nos seus tanques produtos que tivessem indícios de adulteração?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, nunca.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Nada que comprovasse presença...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não, nada.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - ...de solventes ou de qualquer coisa assim?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nunca.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu queria saber também se é verdade que a Petroforte, por alguma forma de fraude no sistema de pagamentos de DOCs efetuados em bancos para a conta da PETROBRAS, se ela efetuava esses pagamentos e depois os cancelava, mesmo depois, porém, os produtos eram entregues da mesma maneira.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Isso aconteceu alguma vez?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, nunca aconteceu isso com a Petroforte.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Está certo. Estou satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Concedido.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu, pelo que vi nas inscrições, todos os ilustres companheiros, colegas Deputados já foram atendidos. Eu pergunto a V.Exa. se ainda resta algum tema ou alguma inscrição, de forma objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nós já estamos repetindo as...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O último Deputado é o nobre Deputado Eduardo Cunha e depois está encerrada a nobre reunião.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu quero deixar, primeiro aqui, registrado que as contradições são de tal ordem e tamanhas que eu estou absolutamente estupefato. A resposta dada agora pelo depoente à nobre Rose de Freitas que possui uma distribuidora de produtos químicos contraria frontalmente uma resposta dada na minha indagação que eu perguntei se comercializava solvente ou produto químico.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas não comercializa?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor comercializava.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - No passado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Comercializava é passado. O senhor também tinha a distribuidora no passado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas encerrou essa distribuidora.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Hã?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi em 89 isso aí, em 90.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas isso não importa. Eu não lhe perguntei se o senhor tinha, eu perguntei se o senhor comercializava.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Compreendi errado, então, Deputado, desculpa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, eu gostaria até, como o nosso objetivo tem sido a minha atuação de tentar obter as informações corretas, eu tenho dado diversas oportunidades para que o depoente assim se manifeste, eu gostaria que não chegasse ao ponto de ofender a inteligência dos membros desta Comissão. Então, eu gostaria de saber o seguinte: V.Sa. tinha uma distribuidora de produtos químicos? Que período que era? O que que V.Sa. comercializava nessa distribuidora e quem eram os seus clientes de quem o senhor comprava e para quem o senhor vendia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Comprava da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor comprava da PETROBRAS?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E de que período o senhor tinha essa distribuidora? Qual é a quantidade e para quem o senhor vendia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A quantidade, eu não lembro a quantidade que era.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Aproximado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Vendia para fábrica de tinta, para fábrica de cola, para fábrica de adesivo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual o período que o senhor tinha essa distribuidora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acho que foi em 90, 89, 90.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Foi o período que o senhor tinha também postos de gasolina? O senhor possuiu, ao mesmo tempo que essa distribuidora, postos de gasolina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Possuía.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi, foi, foi.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Está certo. E o senhor comercializava para fábrica de tinta, para tudo. Qual era o nome dessa distribuidora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era HP Distribuidora de Petróleo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - HP?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Distribuidora de Petróleo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor era o sócio dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Era.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quem mais, além do senhor, era o sócio dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Adjamir Simões Ferreira.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor havia respondido aqui Power Química.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, estou dizendo para o senhor que tem uma firma aberta, sem funcionar, que tem o registro da Power Química.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor tem... Além dessa HP, o senhor tinha uma empresa chamada Power Química?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É, tem o registro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor tem o registro e, conseqüentemente, tem uma sociedade aberta, do qual o senhor é sócio dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É a Petroforte.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É a Petroforte. Nunca operou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nunca operou.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Essa empresa HP Distribuidora de Petróleo o senhor havia dito aqui que não tinha nenhuma empresa no seu nome, a não ser os postos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É tanta empresa. Postos de gasolina têm no meu nome, essa empresa aí passou despercebida.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas é um despercebimento que tem muita relevância e, por acaso, vai na comercialização daquilo que nós lhe perguntamos, que era solvente.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - O senhor também...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual era a quantidade que o senhor comprava da PETROBRAS de solvente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não me lembro. Não me lembro. Faz tanto tempo que não me lembro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor realmente não se lembra quanto comprava.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não me lembro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor era o único proprietário dessa empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu falei eu e o Simões. Eu e o Adjamir Simões.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Adjamir Simões?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É, isso.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quando é que essa empresa deixou de funcionar? O senhor encerrou as atividades delas? O que o senhor fez com ela? Passou as cotas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Em 92, acho que parou de funcionar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Noventa e dois. Mas o senhor passou a empresa ou o senhor encerrou as atividades dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando entrou a Petroforte no mercado, parou a distribuidora de solvente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor parou a distribuidora de solvente quando parou...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando entrou a Petroforte no mercado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quando entrou a Petroforte no mercado. Bom, Sr. Presidente, não sei se nesse período de tempo nós temos condições de levantar segredo dessa empresa, mas gostaria que depois verificássemos isso, porque isso é da maior gravidade. Primeiro, pelo fato de que foi omitido aqui numa pergunta específica. Segundo, estamos de mão de quem tinha rede de postos de gasolina, distribuidora de solvente, distribuidora de gasolina. Literalmente é uma cadeia, além de formulador, provavelmente. Agora, tenho uma curiosidade que eu gostaria que o senhor tentasse me esclarecer. O senhor disse, então, era superintendente da Petroforte, apesar de já ter dito anteriormente que era o dono, mas o negócio estava em nome da sua ex-esposa. Quer dizer, de repente, o senhor de proprietário, passou a ser empregado. O senhor não era mais o patrão. O senhor deixou de ser o dono do negócio e tinha uma retirada que o senhor bem não se lembrava, mas era 10 mil, depois pode ter aumentado para 15 mil. A minha pergunta é a seguinte: qual o milagre que o senhor conseguia fazer para, com essa retirada, manter o padrão de vida que o senhor mesmo disse que tinha, de aviões, lanchas, jatos, enfim, o que seja?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tudo da empresa. Era tudo da empresa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas qual empresa, a Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, o senhor, além dessa remuneração, o senhor tinha direito ao uso desses patrimônios?



O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não podia ter?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu não estou dizendo se o senhor podia ou não podia. Eu estou apenas perguntando.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu usava, sim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Estou apenas perguntando. Primeiro, não estou fazendo nenhum juízo de valor ainda, a não ser das contradições que V.Sa. está tendo no depoimento, que é o único juízo de valor que estou fazendo, porque isso está registrado nas notas taquigráficas, e certamente nosso Relator terá que levar em conta no relatório. Mas, além das contradições, estou tentando esclarecer, já que temos que tentar obter informações a conta-gotas. Então, era a sua única fonte de renda a remuneração concedida pela Petroforte ou o senhor tinha outras fontes de renda?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só da Petroforte.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Só da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor havia dito aqui, anteriormente, que o avião era seu. O senhor agora está dizendo que o avião é da Petroforte. O avião era seu ou era da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É da Petroforte. Você levanta os dados do avião e...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Isso é um outro problema. Eu posso fazê-lo ou não a juízo da Comissão. Neste momento eu estou apenas lhe perguntando. O senhor disse aqui que o avião era seu. O senhor agora está dizendo que é da Petroforte. O senhor antes disse que a Petroforte era sua. Agora ela é da sua ex-mulher. O senhor não tinha qualquer outra fonte de renda que não fosse a Petroforte, está claro isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Deputado, reservo-me o direito de não responder mais nada referente a isso aí, porque o senhor está achando que tudo o que estou dizendo vai contra mim mesmo. Está certo ou não?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, o senhor já foi contra o senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Então...



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não foi contra o senhor na incriminação de fatos, o senhor foi pelas contradições.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tá bom, então, eu não respondo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Essa é uma realidade. Não estou aqui fazendo nenhum juízo, a não ser o que está em nota taquigráfica.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Está certo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, vou dar por... V.Exa. quer um aparte? Concedo um aparte à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Ari, quero fazer 3 perguntas bem simples. O senhor, alguma vez, forneceu gasolina ou diesel para alguma empresa em Maricá, cidade do Rio de Janeiro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou para a cidade de Atibaia, São Paulo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não consigo lembrar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Atibaia ou região?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Fornecia para todo o Estado de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Para todo o Estado de São Paulo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Pode ser que fornecia para Atibaia também, pode ser.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor só fornecia gasolina ou eventualmente o senhor podia fornecer diesel para aviões, alguma coisa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, para avião, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Avião, não. Diesel, não, mas querosene?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Querosene de aviação, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Querosene de aviação, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Diesel, não, mas querosene?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Querosene de aviação, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Querosene de aviação, não. Só para lembrar o senhor, e aí fui checar nos meus documentos, a acusação na CPI do



Narcotráfico não foi que o senhor estaria carregando, num avião seu, droga. Não foi essa. A acusação foi que o senhor forneceria combustível para os aviões do grupo Fernando da Costa, vulgo Fernandinho Beira-Mar. Só para deixar registrado, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Para isso tenho que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não estou lhe fazendo nenhuma pergunta.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Para isso eu tenho que ter uma quota de querosene de aviação, que eu nunca tive.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou lhe fazendo pergunta, só estou dizendo qual foi a acusação durante a CPI do Narcotráfico.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, para que eu possa concluir, concedi apenas um aparte, gostaria de deixar claro para V.Exa. — V.Exa. é o Presidente, é o Juiz — que estamos diante de algumas situações complicadas. Há nitidamente... O salvo-conduto que foi obtido não dava o direito de não responder perguntas que não foram respondidas nem davam direito às contradições que foram realizadas. Obviamente, como V.Exa. é o juiz, tem todo o direito de julgar o que deve ou não deve fazer. Mas que é necessário o enquadramento, se não for agora, mas no relatório, de falso testemunho, não tenho a menor dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero afirmar que esta reunião está encerrada e passaremos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, pela ordem. Antes de o senhor dar início à outra sessão, gostaria que houvesse um intervalo de 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos fazer um recesso de 5 minutos e, depois, retornaremos ao nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está encerrada a reunião.